



A Situação Demográfica Recente em Portugal

Autores: Maria José Carrilho

Instituto Nacional de Estatística

Email: mjose.carrilho@ine.pt

Maria de Lourdes Craveiro

Instituto Nacional de Estatística / Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais

Email: lourdes.patricio@ine.pt

Demographic Changes in Portugal

Resumo:

A dinâmica do crescimento da população residente em Portugal, no período de 2001-2013, caracteriza-se pela redução tanto do saldo natural como do saldo migratório que se tornaram negativos. O país atinge níveis de muito baixa fecundidade, a longevidade aumenta e a disparidade entre a esperança média de vida de homens e mulheres reduz-se. Os diferentes efeitos do andamento das variáveis demográficas na composição etária da população marcam o processo do envelhecimento demográfico tanto pela base como pelo topo da pirâmide de idades. A substancial diminuição do número de casamentos, o forte acréscimo dos nascimentos fora do casamento e, entre estes, o reforço da importância relativa dos nascimentos sem coabitação dos pais, a par do constante aumento da idade média ao casamento e do número de divórcios confirmam os novos modelos familiares no país.

Analisam-se, no presente artigo os comportamentos das variáveis demográficas responsáveis pelas mudanças observadas quer na estrutura quer na dimensão da população e que determinaram o grau e a intensidade do envelhecimento da população bem como a diminuição que a mesma observa.

Palavras Chave: População, Fecundidade, Mortalidade, Esperança de vida, Migrações, Envelhecimento.

ABSTRACT:

Over the period 2001-2013, Portugal experienced a decrease in both natural change and net migration, which became negative. Fertility remains at levels far below those necessary to renew the generations and the country reaches a level of “lowest-low fertility” although longevity increases and life expectancy gap between men and women narrows. The effects of the evolution of demographic variables on population age structure strengthen the process of demographic ageing.

The new family models in Portugal are the result of the significant fall in the number of marriages and the strong rise of the number of wedlock births, the average age at marriage and the number of divorces.

This paper intends to study the patterns of demographic variables responsible for the major changes in both population size and age structure of the population and culminating in its significant ageing and negative population growth.

Key words: Population, Fertility, Mortality, Life expectancy, Migrations, Ageing.

Introdução

O presente artigo pretende divulgar a evolução da população residente em Portugal desde o início do século XXI, com especial enfoque nas dinâmicas dos últimos anos. No entanto, como as causas e os efeitos dos fenómenos demográficos, nomeadamente a fecundidade, se revelam em prazos bem diferentes, em alguns casos, a análise das variáveis estende-se por um horizonte temporal mais vasto.

Como fontes de informação utilizam-se as estimativas anuais da população residente intercensitárias para o período 2001-2010 e as estimativas provisórias pós censitárias para os anos de 2011-2013, ambas assentes nos resultados definitivos dos Recenseamentos Gerais da População e Habitação de 2001 e 2011, as Estatísticas Demográficas e da Saúde, informação toda produzida no Instituto Nacional de Estatística, I. P. (INE) e disponível em www.ine.pt.

Os dados sobre população com residência legalizada em Portugal são oriundos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) do Ministério de Administração Interna (MAI). As comparações internacionais são feitas com os países da União Europeia (UE) e têm como fonte o Eurostat, órgão estatístico comunitário.

De realçar que o reajustamento das estimativas anuais da população residente a que o INE procedeu refletiu-se nos valores dos indicadores diretamente deduzidos da população ou nos que por definição têm como denominador a população, determinando o seu recálculo. Este facto explica a divergência entre alguns indicadores apresentados neste artigo e os analisados nos artigos “Situação Demográfica Recente em Portugal” divulgados nos números 46 e 48 da Revista de Estudos Demográficos (RED). De qualquer modo, em termos de tendências, não se assinalam grandes mudanças.

Os Quadros inseridos no texto por vezes não revelam, a informação para todos os anos do período central de análise. Assim, e sempre que se justifica, os indicadores da série 2001- 2013 constam dos Anexos incluídos no final do texto.

1. População

A dinâmica do crescimento da população residente em Portugal, no período em análise caracteriza-se pela redução tanto do saldo natural¹, como do saldo migratório que se tornaram negativos. O progressivo agravamento do envelhecimento demográfico tanto pela base como pelo topo da pirâmide de idades, resultante da diminuição da proporção da população jovem (com menos de 15 anos) e do aumento da proporção da população idosa (65 ou mais anos) no total da população, respetivamente, é o outro aspeto que marca a dinâmica populacional do período.

Entre 31 de Dezembro de 2001 e o final de 2013 estima-se que a população residente em Portugal tenha aumentado cerca de 96,5 mil pessoas evoluindo segundo uma taxa média anual nula (0,03%) com um ritmo de variação negativo para homens (-0,10%) e positivo para as mulheres (0,14%).

No período analisado o saldo natural atingiu o valor máximo em 2002 (cerca de 8 mil indivíduos) registando, em 2007 o primeiro quantitativo negativo. A partir de 2009 o saldo natural retoma os valores negativos que mantém, desde então, de forma continuada e fortemente crescente. Esta evolução traduz-se, em um valor médio inferior a 10 000 indivíduos por ano (9 239) no período de 2001 a 2013 e num valor médio anual que ultrapassa os -14 000 indivíduos entre 2009 e 2013, consequência de os nascimentos com vida serem inferiores ao número de óbitos ocorridos.

¹ Os nados vivos e óbitos utilizados na presente análise reportam-se aos valores “adotados nas estimativas de população residente e nos indicadores derivados, resultam dos valores de nados vivos e óbitos, apurados com base na informação registada nas Conservatórias do Registo Civil, disponíveis no momento da execução das estimativas, e referentes a factos do ano anterior”: in INE (2014) Estatísticas Demográficas página 21.

Por outro lado, o saldo migratório, apresenta uma média positiva no período de 2001-2013, embora fraca, e inferior a 5 000 indivíduos por ano, refletindo o inflexão de sentido dos fluxos de entrada e saída que o período registou: de um valor fortemente positivo e igual a 56 213 em 2001 para um montante negativo de 36 232 indivíduos em 2013.

Os diferentes andamentos registados nas variáveis demográficas nos treze primeiros anos do corrente século, permitem identificar três fases na dinâmica da população residente em Portugal.

A *primeira fase* abrange o período 2001-2006 e combina saldos naturais fracos com saldos migratórios positivos fortes, tendencialmente decrescentes que determinam, uma taxa média de crescimento da população fraca de 0,26 % ao ano, ligeiramente mais elevada nas mulheres (0,34%) do que nos homens (0,18%). O aumento da população em cerca 138 mil indivíduos é explicado em 84 % pelo saldo migratório dado que o diminuto saldo natural observado em 2001 se reduziu a metade em 2006.

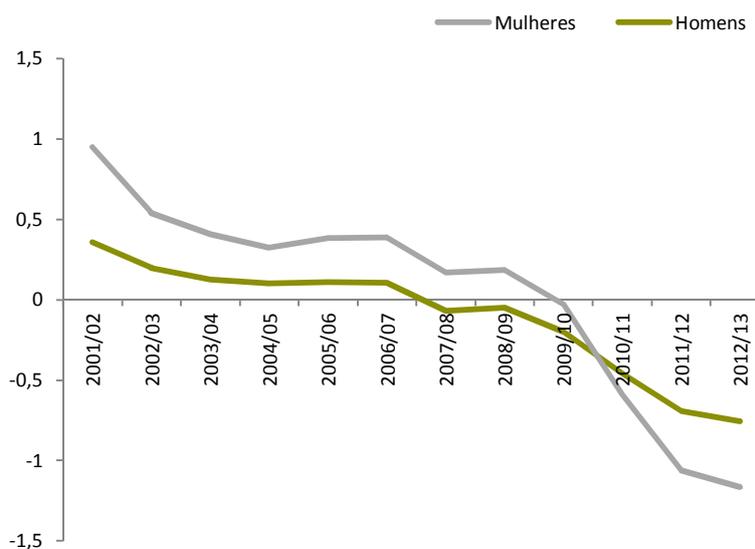
A *segunda fase* coincide com o período 2006-2010, ou seja, entre 1 de janeiro de 2007 e 31 de dezembro de 2010, durante a qual a população cresceu segundo uma taxa média anual quase nula (0,10%), observando-se nos homens um ritmo oposto (-0,05%) ao das mulheres (+0,23%). Para esta evolução contribuiu tanto um saldo natural negativo acumulado de 10 mil indivíduos e um saldo migratório a acelerar o seu ritmo de baixa e que representa, praticamente um terço do saldo estimado para o total do período anterior. Esta fase combina saldos naturais negativos com saldos migratórios positivos, tendencialmente mais fracos

A *terceira fase* corresponde ao período de 2010-2013 e distingue-se por um saldo natural negativo acumulado de 47 505 indivíduos, traduzido em uma média anual negativa de 15 000 indivíduos. Paralelamente, o saldo migratório assume, o seu valor mais baixo do período em análise (9 361 indivíduos), em 2008, nível do qual vem a recuperar em 2009 ano em que aumenta para 15 048 indivíduos.² É neste contexto que a taxa média anual de crescimento da população se torna negativa (-0,46%) e dupla nos homens (-0,64%) face à estimada para as mulheres (-0,30%). Esta fase conjuga saldos naturais e saldos migratórios negativos. O ano de 2011 assinala o momento em que o número de óbitos de residentes em Portugal (102 448) excede o número de nados vivos de mães residentes (82 787).

De acordo com as estimativas de população residente divulgadas pelo (INE), em 31 de dezembro de 2013 residiam em Portugal, 10 427,3 milhares de indivíduos sendo 4 958,0 homens e 5 469,3 mulheres. Comparativamente ao ano anterior agravou-se o decréscimo da população (-0,57%). Esta evolução resulta tanto da baixa do saldo natural como do saldo migratório.

Figura 1

Variação da População residente em Portugal (%), por sexo, 2001-2013



Fonte: INE, I.P. Estimativas Anuais da População Residente (cálculo das autoras)

² Os saldos migratórios utilizados na presente análise reportam-se aos valores estimados pelo INE, utilizados no cálculo das Estimativas Anuais de População e divulgados nas Estatísticas Demográficas.

Quadro 1

Evolução da Situação Demográfica em Portugal, 2001- 2013						
Indicadores	Anos					
	2001	2007	2010	2011	2012	2013
População Residente Média (milhares)	10 362,7	10 543,0	10 573,1	10 557,6	10 514,8	10 457,3
População Residente em 31.XII (milhares)	10 394,7	10 553,3	10 572,7	10 542,4	10 487,3	10 427,3
<i>Homens</i>	5 019,4	5 069,7	5 053,5	5 030,4	4 995,7	4 958,0
<i>Mulheres</i>	5 375,3	5 483,6	5 519,2	5 512,0	5 491,6	5 469,3
Relação de Masculinidade (%)	93,4	92,5	91,6	91,3	91	90,7
Saldo Natural	7 682	-1 020	-4 573	-5 992	-17 757	-23 756
Saldo Migratório	56 213	21 771	3 815	-24 331	-37 352	-36 232
Variação Populacional	63 895	20 751	-758	-30 323	-55 109	-59 988
Taxa de Crescimento Natural (%)	0,07	-0,01	-0,04	-0,06	-0,17	-0,23
Taxa de Crescimento Migratório (%)	0,54	0,21	0,04	-0,23	-0,36	-0,35
Taxa de Crescimento Efectivo (%)	0,62	0,2	-0,01	-0,29	-0,52	-0,57

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Anuais de População

Notas:

2011-2013: Estimativas Provisórias de População Residente - valores revistos: as estimativas pós-censitárias de população residente de 2011 - exercício ad hoc assente nos resultados provisórios dos Censos 2011 - foram revistas, em função dos resultados definitivos dos Censos 2011.

2001 - 2010: Estimativas Definitivas de População Residente - valores revistos: as estimativas provisórias de população residente de 2001 a 2010 foram revistas - revisão regular geral -, em função dos resultados definitivos dos Censos 2011.

A diminuição da população é consequência de as duas componentes, a natural e a migratória, registarem, em 2013, valores negativos, mais acentuados nesta última.

A taxa de crescimento natural situou-se em -0,23% verificando-se um ligeiro agravamento face a 2012 (-0,17%).

Tanto o número de nados vivos (-7,9%) como o de óbitos (-1,0%) registam, em 2013, evoluções no mesmo sentido face ao ano anterior sendo o saldo natural (-7 054) atribuído, sobretudo, à queda dos nados vivos. A variação dos nados vivos ao longo do período insere-se, até 2011, nas oscilações normais anuais, quer no sentido positivo quer negativo, que o acontecimento observa, exceto no ano de 2009 quando atinge os -4,9%. No entanto, de 2011 a 2013 as variações são sempre negativas e acentuam-se, confirmando a tendência em baixa que se delineava desde 2005. Os óbitos revelam flutuações superiores a 5%, entre 2004-2006 as quais se reduzem substancialmente nos anos seguintes para, em 2012, registarem um acréscimo significativo (4,6%).

O saldo migratório foi estimado para 2013 em -36 232 indivíduos valor ligeiramente menos negativo do que o estimado no ano anterior (-37 352) devido ao aumento do fluxo de entradas (17 554 em 2013 e 14 606 em 2012) ter suplantado o incremento dos fluxos de saída (53 786 em 2013 e 51 958 em 2012).

A importância relativa da população portuguesa na população da EU 28 em 1 de janeiro de 2014 era de 2,1%, proporção praticamente idêntica à registada nos anos anteriores.

Tendo como comparação a Europa comunitária, e de acordo com os últimos dados disponíveis, Portugal revela uma taxa de crescimento da população de sentido contrário ao da média estimada pelo Eurostat³ (UE28= 0,34% em 2013 e 0,22% em 2012). As taxas variam entre um mínimo de -1,1% na Letónia e um máximo de

³ Eurostat- Demographic balance and crude rates [demo_gind]: Crude rate of total population change. Last update 13.08.14 <http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/setupDownloads.do>

+ 2,3% no Luxemburgo. A segunda taxa de crescimento mais alta (1,8%) observa-se na Itália, seguindo-se Malta (0,96%) e Suécia (0,93%) enquanto a Lituânia (-0,96%), o Chipre (-0,91%), a Grécia (-0,63%) e Portugal (-0,57%) se juntam à Letónia e, registam as variações negativas mais fortes. As comparações internacionais devem, no entanto, ser cautelosas, para salvaguardar a eventualidade de nem todos os países terem revisto as estimativas com base nos resultados dos últimos censos da população

Em termos de crescimento natural a maior taxa pertence, em 2013,⁴ à Irlanda (0,85%), surgindo depois, com valores bastante afastados o Chipre (0,47%) e o Luxemburgo (0,42%). A Bulgária (-0,52%), a Hungria (-0,36%) e a Roménia (-0,35%) apresentam os níveis negativos mais gravosos. A média dos 28 países da EU é praticamente nula (0,02%) e nota-se um decréscimo contínuo desde 2010. Portugal, neste contexto, e naquele ano, possui a quinta taxa negativa (-0,23%), evidenciando uma tendência para a acentuar, enquanto outros países a desagravam.

A amplitude de variação da taxa de crescimento migratório oscila entre -1,39% em Chipre e +1,97% em Itália, contribuindo para fixar a média dos 28 países em 0,33% no ano de 2013⁵. Com uma forte taxa migratória destaca-se ainda o Luxemburgo (1,90%). Malta (0,76%), Suécia (0,69%), Áustria (0,66%), e Alemanha (0,58%) formam o conjunto de países que registam taxas moderadas. De notar que os países comunitários mais afetados pela crise económica observam taxas migratórias negativas, refletindo a primazia dos fluxos emigratórios sobre os imigratórios: Irlanda (-0,57%), Espanha (-0,55%), Grécia (0,47%) e Portugal (0,35%).

2. Natalidade e Fecundidade

Em 2013, o número de nados vivos de mães residentes em Portugal desceu para 82 787 isto é, menos 7,8 % face ao ano anterior e menos 25 520, ou seja 26,4 %, comparativamente ao início do período analisado. Desde 2011 que o número de nascimentos com vida não compensa o número de óbitos e é inferior a 100 000. Esta evolução é mais significativa nos homens do que nas mulheres e está bem expressa no nível da relação de masculinidade que passou de 107 nascimentos com vida de rapazes por cada 100 nascimentos com vida de raparigas, em 2001, para 104 em 2013.

⁴ Eurostat- Demographic balance and crude rates [demo_gind]: Crude rate of natural change of population. Last update 13.08.14 <http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/setupDownloads.do>

⁵ Eurostat- Demographic balance and crude rates [demo_gind]: Crude rate of net migration plus statistical adjustment. Last update 13.08.14 <http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/setupDownloads.do>

Quadro 2

Indicadores sobre a Natalidade e Fecundidade, Portugal, 2001- 2013						
Indicadores	Anos					
	2001	2007	2010	2011	2012	2013
Nados vivos	112 774	102 492	101 381	96 856	89 841	82 787
<i>Homens</i>	58 365	52 683	51 535	49 688	46 161	42 219
<i>Mulheres</i>	54 409	49 809	49 846	47 167	43 680	40 567
Relação de masculinidade à nascença (%)	107,3	105,8	103,4	105,3	105,7	104,1
Nados vivos fora do casamento	26 814	34 443	41 844	41 489	40 950	39 434
Nados Vivos fora do casamento (%)	23,8	33,6	41,3	42,8	45,6	47,6
Nados Vivos fora do casamento com coabitação	20 062	27 685	32 471	30 913	29 441	27 289
Nados Vivos fora do casamento com coabitação (%)	74,8	80,4	77,6	74,5	71,9	69,2
Nados Vivos fora do casamento sem coabitação	6 752	6 758	9 373	10 576	11 509	12 145
Nados Vivos fora do casamento sem coabitação(%)	25,2	19,6	22,4	25,5	28,1	30,8
Taxa Bruta de Natalidade (‰)	10,9	9,7	9,6	9,2	8,5	7,9
Índice Sintético de Fecundidade (nº médio de crianças por mulher)	1,45	1,35	1,39	1,35	1,28	1,21
Idade média da mulher ao nascimento do 1º filho (anos)	26,8	28,2	28,9	29,2	29,5	29,7
Idade média ao nascimento de um filho (anos)	28,8	30,0	30,6	30,9	31,0	31,2
Taxa de Reprodução Bruta	-	0,672	0,657	0,679	0,659	0,626
Taxa de Reprodução Líquida	-	0,666	0,651	0,673	0,653	0,621

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Anuais da População Residente

Notas:

2011-2013: Estimativas Provisórias de População Residente - valores revistos: as estimativas pós-censitárias de população residente de 2011 - exercício ad hoc assente nos resultados provisórios dos Censos 2011 - foram revistas, em função dos resultados definitivos dos Censos 2011.

2001 - 2010: Estimativas Definitivas de População Residente - valores revistos: as estimativas provisórias de população residente de 2001 a 2010 foram revistas - revisão regular geral -, em função dos resultados definitivos dos Censos 2011.

Desde que a crise económica se iniciou, em 2008, muitos países da Europa Comunitária registaram uma baixa de nascimentos com vida e alguns inverteram a tendência crescente que vinham a observar⁶. A crise também afetou Portugal e agudizou-se em 2011, mas o país, ao contrário, prosseguiu a baixa de natalidade que se vinha a delinear. Apesar de não se poder estabelecer uma relação direta entre a crise económica e a baixa de fecundidade, correspondência que aliás nem é consensual entre os investigadores, dado que o desenvolvimento económico em si provoca uma diminuição fenómeno, é certo que por vezes se regista com um desfasamento de dois anos após a mesma se ter instalado⁷. Por outro lado, é de admitir que os elevados níveis de desemprego atingidos com esta profunda crise tenham influenciado a decisão de ter ou não filhos. Fazendo o exercício para Portugal verifica-se que o número de nados vivos de mães residentes no país recuou 26,8 % entre 2001-2013 com ritmos diferenciados no intervalo temporal: de 2001-2007 a baixa situou-se nos 9,1 % para se fixar em 23,8% no período compreendido entre 2007-2013; em 18,3% de 2010-2013 e em 14,5% entre 2011-2013. De qualquer modo, esta análise deve ter em conta as oscilações anuais que o fenómeno regista em Portugal.

A taxa bruta de natalidade diminuiu para 7,9, nascimentos com vida por mil habitantes em 2013, e colocou Portugal na pior posição a nível comunitário e bastante afastado da média estimada pelo Eurostat⁸ para o conjunto dos países membros (UE28 = 10,0‰ em 2013). De acordo com os valores divulgados por aquele organismo e referentes a 2013, o indicador varia entre os 8 e os 15‰ continuando o nível mais elevado a pertencer à Irlanda (15,0‰), seguido da França (12,3‰) e do Reino Unido (12,2‰). A Alemanha, Itália e

⁶ Eurostat statistics in Focus nº13/2013

⁷ Eurostat statistics in Focus nº13/2013

⁸ Eurostat- Demographic balance and crude rates [demo_gind]: Crude birth rate. Last update 13.08.14 <http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/setupDownloads.do>

a Grécia, todos com 8,5 nados vivos por mil habitantes, a Roménia (8,8%) a Espanha (9,1%), a Áustria e Croácia, ambos com 9,4%, formam o grupo de países da EU de baixa natalidade, o qual é encabeçado por Portugal. Se o valor registado pela Irlanda e para a Alemanha se inserem no esperado, pois o primeiro só muito recentemente deixou de assegurar as gerações e o segundo há muito que não assegura a substituição, o mesmo não acontece com a França e o Reino Unido, que chegaram a deter taxas com níveis muito fracos, recuperaram e ocupam, atualmente, os primeiros lugares no valor do indicador. Notório é o facto de os países da Europa do Sul observarem valores muito baixos, que aceleraram a diminuição nos últimos anos mais. Por outro lado, deve também salientar-se que muitos dos novos países aderentes surgem com taxas inferiores à média comunitária. Contudo, deve-se ter presente que a análise assenta em taxas brutas que não têm em conta o efeito da estrutura etária das populações em confronto.

Os nados vivos de mães com nacionalidade estrangeira⁹ e residência em Portugal mais do que duplicaram a sua proporção no total nos nascimentos com vida entre 2001 e 2010, ano a que ascenderam a 10,6% mas têm desde então, perdido posição representando, em 2013, 8,4 % do total, ou seja apenas 7 405 nascimentos. Este decréscimo acompanha a diminuição de entradas de estrangeiros com o objetivo de residirem no país. O declínio da natalidade de mães estrangeiras (15,5%) foi superior ao observado entre as mães portuguesas (7,0%) em 2013 face ao ano anterior. Para esta diminuição contribuíram as mães de nacionalidades mais expressivas.

⁹ A variável nacionalidade da mãe (e do pai) começou a ser inquirida em Portugal em 1995.

Quadro 3

Nados vivos de mães residentes em Portugal, por nacionalidade, 2001 e 2010-2013

Continent e / País de Nacionalidade	2001		2010		2011		2012		2013	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Total de Nados Vivos	112 774	100,00	101 381	100,00	96 856	100,00	89 841	100,00	82 787	100,00
Europa	107 927	95,70	93 405	92,13	89 567	92,47	83 573	93,02	77 351	93,43
Portugal	106 869	94,76	90 595	89,36	86 853	89,67	81 080	90,25	75 382	91,06
Alemanha	101	0,09	72	0,07	85	0,09	50	0,06	63	0,08
Bélgica	14	0,01	21	0,02	18	0,02	12	0,01	13	0,02
Espanha	99	0,09	147	0,14	176	0,18	170	0,19	146	0,18
França	280	0,25	91	0,09	88	0,09	85	0,09	63	0,08
Itália	24	0,02	33	0,03	44	0,05	60	0,07	46	0,06
Países Baixos	44	0,04	47	0,05	34	0,04	25	0,03	37	0,04
Reino Unido	95	0,08	135	0,13	99	0,10	101	0,11	45	0,05
R. da Moldova	63	0,06	349	0,34	305	0,31	266	0,30	180	0,22
Roménia	83	0,07	837	0,83	765	0,79	745	0,83	611	0,74
Ucrânia	120	0,11	682	0,67	653	0,67	579	0,64	479	0,58
Rússia	46	0,04	115	0,11	100	0,10	89	0,10	76	0,09
Outros países Europa	89	0,08	281	0,28	347	0,36	311	0,35	210	0,25
África	3 649	3,24	3 139	3,10	2 972	3,07	2 652	2,95	2 558	3,09
Angola	1 396	1,24	772	0,76	712	0,74	643	0,72	593	0,72
Cabo Verde	1 136	1,01	1 099	1,08	1 113	1,15	0 970	1,08	0 944	1,14
Guiné Bissau	495	0,44	179	0,18	331	0,34	526	0,59	351	0,42
Moçambique	218	0,19	75	0,07	69	0,07	57	0,06	51	0,06
S.Tomé e Príncipe	278	0,25	358	0,35	299	0,31	254	0,28	275	0,33
<i>Total dos PALP</i>	<i>3 523</i>	<i>3,12</i>	<i>2 483</i>	<i>2,45</i>	<i>2 524</i>	<i>2,61</i>	<i>2 450</i>	<i>2,73</i>	<i>2 214</i>	<i>2,67</i>
Outros Países África	126	0,11	656	0,65	448	0,46	202	0,22	344	0,42
América	920	0,82	4 125	4,07	3 520	3,63	2 799	3,12	2 173	2,62
Brasil	711	0,63	3 940	3,89	3 308	3,42	2 620	2,92	1 959	2,37
Outros Países América	209	0,19	185	0,18	212	0,22	179	0,20	214	0,26
Ásia e Oceânia	272	0,24	712	0,70	797	0,82	817	0,91	705	0,85
China	160	0,14	387	0,38	419	0,43	434	0,48	341	0,41
Outros Países Ásia e Oceania	112	0,10	325	0,32	378	0,39	383	0,43	364	0,44
Apátridas e Desconhecida	16	0,01	0 000	0,00	0 000	0,00	0 000	0,00	0 000	0,00
Total de nados vivos de mães estrangeiras	5 889	5,24	10 786	10,64	10 003	10,33	8 761	9,75	7 405	8,94

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas (cálculos das autoras)

Nota: A informação relativa aos anos de 2002 – 2004 e 2005-2009 está disponível nos anteriores artigos "A situação Demográfica Recente em Portugal" in Revista de Estudos Demográficos nº46, INE, I. P. Lisboa, 2009 e nº48, INE, I. P. Lisboa, 2010, elaborados pelas mesmas autoras.

As mães brasileiras cujos nados vivos representavam, em 2010, 3,9% do total dos nascimentos apenas detêm 2,4% em 2013. Ao contrário, as mães nacionais dos países africanos de língua portuguesa (PALPs) com 2,7% do total dos nados vivos recuperaram a primeira posição que tinham perdido em 2006, mas com menos 0,5 p.p. relativamente a 2001. Entre estas continua a destacar-se a nacionalidade cabo-verdiana que se fixou em 1,1% em 2013, proporção que se tem mantido estável nos últimos anos.

De ressaltar que a tendência sempre crescente dos nascimentos de filhos de mães nacionais da Roménia, da Moldova, da Ucrânia e da Rússia que em conjunto, passaram de 0,3 % em 2001 para 2,0% em 2010 do total de nascimentos de mães estrangeiras residentes em Portugal, recuaram desde então, gradualmente, para 1,6% em 2013.

O ritmo de crescimento dos nados vivos de mães de nacionalidade estrangeira marca a variação anual recente dos nascimentos com vida em Portugal. A variação negativa da natalidade ocorrida no período entre 2001 e 2013 é, assim, explicada exclusivamente pela diminuição de 29,5% dos nascimentos de mães portuguesas. No mesmo período, a natalidade das mães estrangeiras residentes no país registou um incremento de 25,7%. Desde 2010, contudo, que tanto as mães portuguesas como as estrangeiras contribuíram para a baixa de natalidade a qual se tornou mais expressiva entre as mães estrangeiras (-31,3%) do que nas mães portuguesas (-16,8%).

O declínio da fecundidade deve ser avaliado quer pelo número anual dos nascimentos, com efeitos diretos na dimensão da população, quer pela ordem de nascimento que permite estudar a concentração dos nascimentos, quer pelo indicador sintético de fecundidade que evidencia as modificações na dimensão da família e o grau de substituição das gerações.

Estima-se que desde 1982 que o nível de fecundidade em Portugal permaneça, continuamente, inferior ao nível de substituição de gerações (2,1 crianças por mulher). Esta situação ocorreu mais tarde do que em alguns países europeus e atinge, no presente, níveis definidos por alguns autores como de muito baixa fecundidade (*lowest low fertility*).

Quadro 4

Taxas de Fecundidade Segundo a Ordem de Nascimento (%), Portugal, 2001- 2013													
Idades	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Geral													
20-24	56,3	54,5	51,6	48,9	48,6	46,8	45,5	47,3	45,1	45,5	40,5	37,5	32,9
25-29	92,6	92,8	89,4	85,5	85,0	81,0	78,2	79,7	76,0	78,4	75,1	71,4	66,9
30-34	80,8	83,4	84,7	83,9	85,6	84,1	83,0	86,0	83,1	86,8	86,3	82,8	79,8
35-39	33,6	35,0	35,7	36,2	37,8	38,6	39,5	42,0	41,4	43,9	45,3	43,4	42,4
40-44	6,6	6,8	7,1	7,3	7,4	7,7	7,4	7,8	8,0	9,0	9,3	9,0	9,1
1ª ordem													
20-24	41,6	40,8	38,0	36,0	35,6	34,2	33,1	34,0	32,8	32,3	28,7	26,9	23,7
25-29	55,9	57,8	56,2	53,4	53,6	51,7	49,9	50,3	49,0	50,0	48,6	46,9	44,3
30-34	30,1	33,0	35,5	35,4	37,4	37,6	37,7	39,5	39,1	41,4	42,4	43,0	43,1
35-39	7,9	8,7	9,3	9,2	10,0	10,7	11,0	12,0	12,7	13,5	14,4	14,5	15,3
40-44	1,5	1,5	1,7	1,7	1,8	1,8	1,8	1,9	2,2	2,3	2,6	2,6	2,7
2ª ordem													
20-24	12,0	11,3	11,0	10,4	10,7	10,2	10,1	10,6	9,9	10,9	9,6	8,3	7,5
25-29	29,4	27,9	26,5	25,3	24,8	23,4	22,4	22,5	21,0	22,1	20,3	18,6	17,1
30-34	38,2	38,2	37,8	37,3	37,9	36,6	35,7	36,3	34,9	35,7	34,8	31,4	28,9
35-39	15,4	15,9	16,2	16,5	17,6	18,3	19,0	20,2	19,9	21,0	22,0	20,4	19,3
40-44	2,1	2,3	2,2	2,4	2,5	2,6	2,7	2,8	3,1	3,4	3,6	3,5	3,5

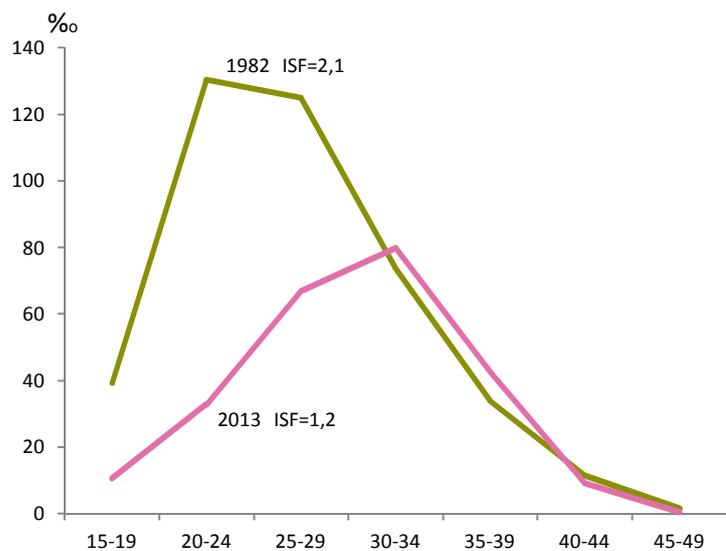
Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Anuais da População Residente (cálculos das autoras)

As alterações dos níveis de fecundidade por idades foram substanciais entre 1982 e 2013. A fecundidade entre as adolescentes (15-19 anos) recuou para um sexto embora permaneça em níveis elevados (10,7% em 2013 contra 62,7 % em 1982). Em 1982, os valores da fecundidade mais elevados pertenciam ao grupo etário dos 20-24 anos com uma taxa de 130,4%, seguidos de perto pelos do grupo etário dos 25-29 anos com 125,1%, contra 32,9% e 66,9%, respetivamente, em 2013. Neste período, apenas os grupos etários dos 30-34 anos e dos 35-39 anos reforçaram a importância, respetivamente em 7,8% e 20,3%, comprovando o adiar da maternidade. Esta evolução denota bem as mudanças de comportamento perante a fecundidade e é visível nos diferentes padrões que o fenómeno assume em 1982 e em 2013. De assinalar ainda que a fecundidade entre 2011 e 2013 reduziu-se em todos os grupos etários.

Para além do ano de 1982 outros marcos podem ser identificados na evolução do fenómeno da fecundidade em Portugal nos últimos trinta anos: em 1987 a maior frequência na fecundidade deixa de pertencer ao grupo etário dos 20-24 anos e transitou para a faixa etária seguinte; em 2005, a taxa de fecundidade das mulheres com idades compreendidas entre os 30-34 anos assumiu a maior frequência, ultrapassando a do escalão etário anterior. No mesmo ano, a taxa de fecundidade dos 35-39 anos superou a observada para os 20-24 anos. De realçar que a taxa no grupo dos 40-44 anos passou de 6,6‰ para 9,1‰ no período em estudo.

Figura 2

Padrão das Taxas de Fecundidade por Idades, Portugal, 1982 e 2013



Fonte: INE, I.P. Indicadores Demográficos (elaboração das autoras)

O índice sintético de fecundidade (ISF) que expressa o número de crianças por mulher tem descido embora não continuamente, para atingir o nível de 1,21 em 2013 (1,35 em 2007 e 1,45 em 2001). O andamento deste indicador reflete as mudanças operadas no número de nascidos vivos anteriormente referidas bem como no número de mulheres em idade fértil. De acordo com as estimativas do INE as mulheres dos 15-49 anos diminuíram 4,0 % entre 1991-2013 (média anual) a que corresponde uma variação positiva de 4,0 % entre 1991-2002 seguido e uma variação fortemente negativa e igual a -8,3% no período de 2002-2013.

De acordo com as estimativas em 2013, cada mulher teve, em média, praticamente, menos um filho do que em 1982.

Atualmente, Portugal verifica o valor mais baixo de fecundidade registado na EU referente a 2012¹⁰ (EU 28=1,58 crianças por mulher). De referir o contributo favorável para o espaço comunitário em particular da França e da Irlanda, ambos com 2,01 crianças por mulher, o Reino Unido (1,92), a Suécia (1,91); para o mesmo ano os níveis mais baixos situam-se para além de Portugal (1,28) na Polónia (1,30), Espanha (1,32) na Grécia, Hungria e na Eslováquia estes três com valores idênticos e iguais a 1,34 crianças por mulher. Os níveis de fecundidade atingidos na Europa são tão fracos que a hierarquização dos países se procede na ordem das centésimas.

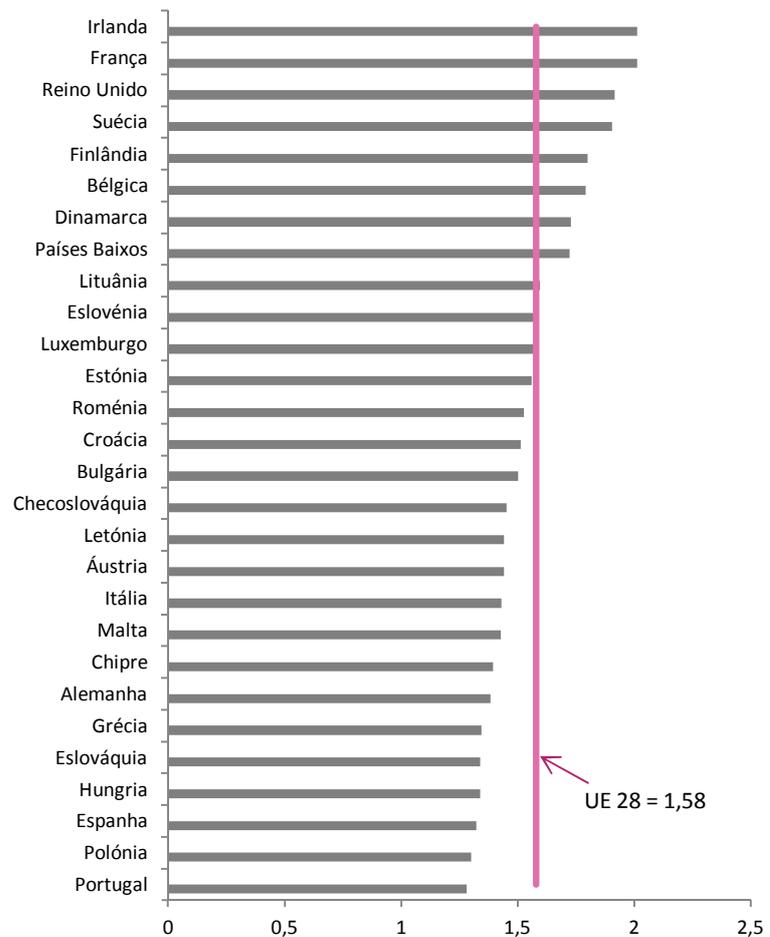
¹⁰ Eurostat: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Fertility_statistics, May 2014.

De acordo com o Eurostat as taxas de fecundidade no espaço comunitário tendem a convergir durante as últimas décadas, fixando-se, em 1980, a diferença em 1,7 crianças por mulher, valor que corresponde a taxa mais elevada (3,2 nados vivos por mulher na Irlanda) e o nível mais baixo (1,5 crianças por mulher, no Luxemburgo); em 1990 a diferença reduziu-se para 1,1 e em 2012, últimos dados disponíveis, para cerca de 0,7 crianças por mulher.

As taxas de reprodução bruta e líquida traduzem bem a evolução do índice sintético de fecundidade. De facto em 1981 a taxa líquida de reprodução era ligeiramente superior à unidade, o que significa que a substituição de cada geração estava assegurada ou seja, cada mãe tinha em média uma filha para a substituir. Nos anos noventa do século passado essa substituição não era garantida e cada mãe tinha ao longo do período fecundo, em média 0,7 crianças do sexo feminino, situação que prevalece no início do século XXI, mas nos últimos anos baixou a situou-se em 0,6 em 2013. Acompanhando o andamento do índice sintético de fecundidade, o número de filhas revela-se, desde há cerca de trinta anos, insuficiente para substituir as gerações de mulheres.

Figura 3

Índice Sintético de Fecundidade (Nº de crianças por mulher) nos 28 países da União Europeia (EU=28) em 1 de janeiro de 2012



Fonte: Eurostat, última atualização em 13 de agosto de 2014

Entre as causas normalmente apontadas para explicar a baixa da fecundidade encontra-se a decisão de os indivíduos em adiar tanto a constituição de famílias como o nascimento de filhos factos confirmados pela permanência jovens em casa dos pais até mais tarde e pelo avançar da idade média da mulher à maternidade a que se associam a utilização de métodos anticoncetivos seguros. Outra variável a ter em conta é a diminuição que se observou no número de mulheres em idade fértil. De facto, as estimativas revistas pelo INE apontam para um acréscimo de mulheres em idade fértil (15-49 anos) até 2002, ano a partir do qual se assiste a uma inversão da tendência. O número de mulheres em idade fértil aumentou 200 217, ou seja 4%, de 1991-2002 e desceu 8,3% de 2002-2013, sendo que metade que metade desta variação negativa (101 667) se registou entre 2010-2013. Outro fator a que se deve dar uma atenção especial é aumento da infertilidade que atinge tanto homens como mulheres, fenómeno que ainda não se consegue quantificar na sua totalidade.

A evolução da idade média ao nascimento de um filho confirma o adiar do nascimento. Numa primeira fase da baixa de natalidade, que corresponde aos anos sessenta e setenta, a idade média à maternidade seguiu a mesma tendência decrescente. O sentido inverte-se, quando a substituição das gerações deixa de ser assegurada, e que se localiza no início dos anos oitenta do século XX. Desde então que a idade média ao nascimento do primeiro filho ou de um filho, independentemente da ordem que ocupa na hierarquia dos nascimentos com vida não cessa de elevar-se.

Entre 2001 e 2013 as mulheres retardaram a idade média à primeira maternidade em 2,9 anos e tiveram, em 2013, o primeiro filho com a idade de 29,7 anos em média. A idade ao nascimento de um filho, por sua vez, desde 2007 que supera os 30 anos para se fixar em 31,2 anos, em média, em 2013.

Atualmente, em Portugal, quase 5 nados vivos em cada 10 ocorrem fora do casamento. O significativo acréscimo da proporção dos nados vivos fora do casamento no total dos nascimentos com vida de 23,8% em 2001 para 47,6% em 2013 é outra característica a ressaltar na evolução da fecundidade e permitiu que o nível do indicador ultrapassasse o observado na EU-28 (39,3% em 2011¹¹, último ano para o qual a informação agregada está disponível).

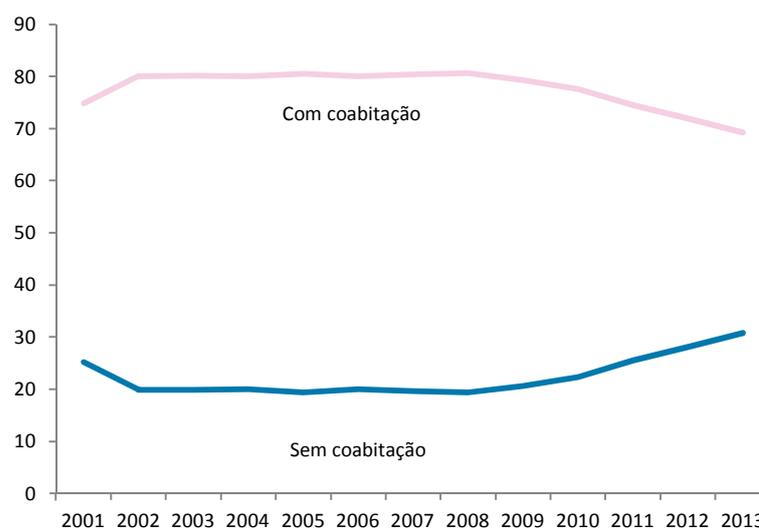
Dentro dos países com informação disponível para 2012 a Grécia ocupa a posição mais fraca (7,6%), seguida, distanciada, do Chipre (18,6%). A Estónia (58,4%), a Bulgária (57,4%) e a Suécia (54,5%), Bélgica (52,3%) e Dinamarca (50,6%) confirmam os valores mais elevados, com mais de metade dos nascimentos com vida a ocorrerem fora do casamento. Pode afirmar-se, apesar de ligeiras oscilações, que quase todos os países evidenciam uma tendência em alta do fenómeno.

Em Portugal, o aumento de 47,1% dos nascimentos fora do casamento observado no período de 2011-2013, associado com a diminuição do número de casamentos celebrados indicia outras formas de conjugalidade. No mesmo sentido, a subida da importância relativa dos nascimentos fora do casamento com coabitação dos pais confirma a opção dos casais por esta forma de vivência em comum. Os nados vivos fora do casamento observam, assim, uma tendência oposta à do total dos nascimentos.

No período de 2011-2013, a diminuição dos nados vivos fora do casamento resulta exclusivamente da redução do número de pais que viviam em coabitação, situação que contudo, permanece maioritária (69,2% em 2013). Os nascimentos fora do casamento e sem coabitação dos pais crescem continuamente ao longo do período analisado e representam, em 2013, praticamente um terço do total dos nascimentos fora do casamento.

Figura 4

Nados Vivos fora do casamento (%), de mães residentes em Portugal, 2001-2013

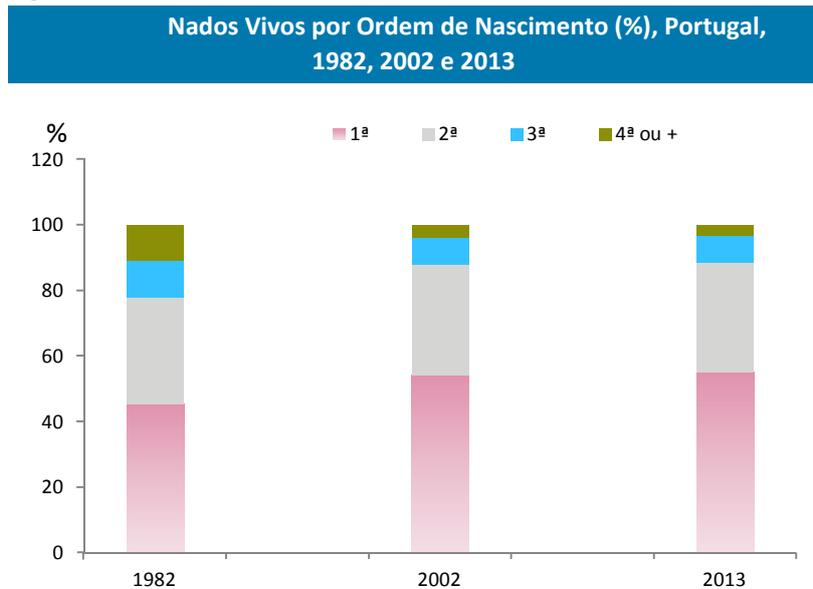


Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Anuais de População Residente

¹¹ Eurostat (2014) –Live births outside marriage - Statistics Explained, May 2014.

Em 1982, a proporção dos nascidos vivos de primeira ordem representava 45,2% do total de nascimentos com vida, os de segunda ordem 32,6%, os de terceira ordem 11,6% e os de 4ª ordem 4,6%. Desde 1988 que metade dos nascimentos com vida se reporta ao primeiro filho, importância relativa que se tem reforçado para atingir os 55,3% em 2013, ou seja, mais 1 p.p. face ao ano anterior e mais 2 p.p. do que em 2001. A tendência dos nascidos vivos de segunda ordem acompanha o comportamento da fecundidade, diminuindo quando esta começa a ser insuficiente para assegurar a substituição das gerações, Nota-se, contudo uma ligeira tendência em alta dos nascimentos de segunda ordem no peso no total dos nascimentos com vida de 34,2% em

Figura 5

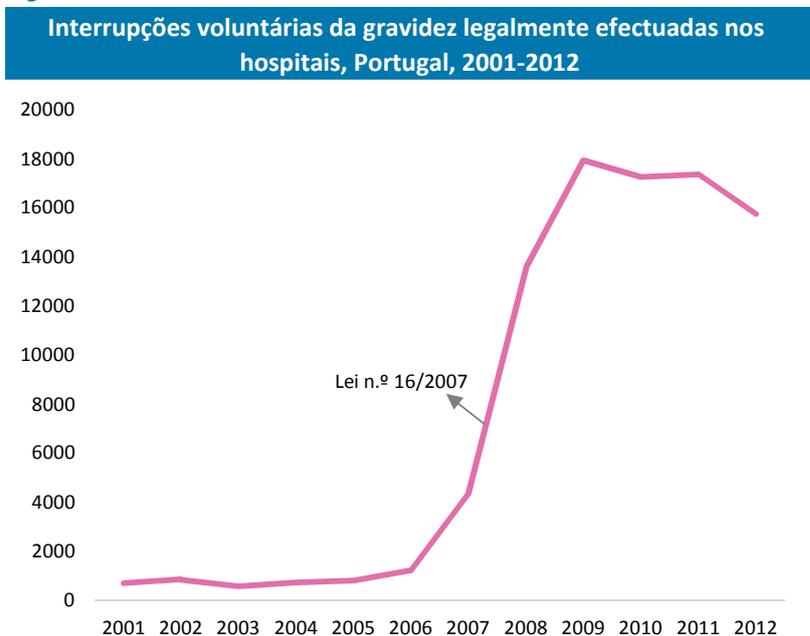


Fonte: INE, I.P. Nados vivos

2001 para 35,3% em 2011, ano a partir do qual retomou a baixa para se situar em 33,3% em 2013. Desde o final dos anos oitenta que a importância relativa dos nascimentos de terceira ordem representa menos de 10% do total dos nascimentos com vida, não cessa de recuar para se situar em 8,4% no último ano analisado. Os nascimentos de ordem igual ou superior a quatro assumem, nos anos mais recentes, valores muito pouco expressivos e próximos dos 3% (3,2% em 2013, contra 3,8% em 2001). De notar que o quarto filho, parte importante deste subgrupo, entre 1982 e 2013 se reduziu a metade (2,1% em 2013). A evolução da ordem dos nascidos vivos reflete, assim, o andamento da curva de fecundidade nos últimos anos.

A análise do fenómeno segundo a ordem dos nascimentos evidencia um comportamento semelhante, com os nascimentos nas idades mais avançadas a ganharem importância, evolução bem expressa através taxas de fecundidade dos 35-39 e dos 40-44 anos que praticamente duplicaram no período. De notar que no período estudado são os primeiros nascimentos, que determinam o calendário atual da fecundidade em Portugal. A taxa de fecundidade de segunda ordem não cessa de aumentar depois dos 35 anos, reforçando o seu contributo para o padrão da fecundidade nos últimos anos (19,3‰, nos 35-39 anos, em 2013, face a 15,4‰ em 2001).

Figura 6



Fonte: INE, I.P. Inquérito aos Hospitais

De 2011-2013 os níveis de fecundidade da primeira maternidade aumentaram 43% e a faixa etária dos 25-29 anos mantém, por margem mínima, a primeira posição. Paralelamente, observa-se uma diminuição, em todas as idades das, mães que tiveram o segundo filho, sendo a baixa particularmente forte na idade dos 20-24 anos (21,9%).

A Lei n.º 16/2007 tornou possível a interrupção voluntária de gravidez (IVG) por opção da mulher em estabelecimentos de saúde oficiais ou oficialmente reconhecidos. Assistiu-se a um acréscimo contínuo do número de interrupções voluntárias da gravidez após a entrada da lei em vigor, tendo mesmo o número mais do que quadruplicado em 2009. Desde então, nota-se uma estabilidade e até mesmo uma ligeira baixa. De acordo com o Inquérito aos Hospitais conduzido pelo INE, I.P. a taxa de IVG registou um aumento de 13,3 por 100 nados entre 2008 para 17,7 interrupções por 100 nados vivos em 2012.

3. Nupcialidade e divorcialidade

A Lei nº 9/2010 de 31 de maio permitiu o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. A lei entrou em vigor no dia 5 de Junho de 2010 e alterou o regime do casamento, nomeadamente a redação do artigo 1557º do Código Civil que passou a ter a seguinte redação: "*Casamento é o contrato celebrado entre duas pessoas que pretendem constituir família mediante uma plena comunhão de vida...*" Deste modo, o novo conceito de casamento provocou uma quebra na série estatística em 2010, ano a partir do qual os valores totais da variável passaram a incluir a nova modalidade de casamento celebrados.

A partir de 2010 os valores incluem casamentos celebrados entre pessoas do mesmo sexo. Com a introdução desta nova modalidade de casamento, verificou-se uma quebra de série divulgada pelo INE no total de casamentos celebrados de 2010, relativamente aos anos anteriores.

Em 2013, celebraram-se 31 998 dos quais 31 693 entre pessoas do sexo oposto e 305 entre pessoas do mesmo sexo (207 entre homens e 98 entre mulheres). Entre 2010 e 2013 os casamentos celebrados reduziram-se 20,0% (-7 995 casamentos) para os contribui a baixa dos casamentos entre pessoas de sexo oposto (-8 034) dado que os casamentos entre pessoas do mesmo sexo registaram um acréscimo de 14,7%, sendo mais acentuado nos casamentos celebrados entre homens (16,9%) comparativamente aos celebrados entre mulheres (10,1%). De ressaltar que os casamentos entre pessoas do mesmo sexo são mais expressivos no sexo masculino.

Face a 2012 registou-se uma diminuição de 7% no total dos casamentos para o qual contribuíram mais os casamentos as duas modalidades de casamentos. De notar o que o decréscimo foi mais forte nos casamentos celebrados entre mulheres (-9,3%) do que entre homens (-4,2%). No entanto deve ter-se presente que estes casamentos envolvem efetivos muito diminutos o que provoca que uma ligeira diminuição se traduza numa variação percentual elevada.

Entre 2001 e 2013 celebraram-se menos 26 697 casamentos entre pessoas de sexo oposto ou seja o número reduziu-se praticamente a metade (- 45,7%).

A taxa bruta de nupcialidade desceu para 3,1 casamentos por mil habitantes (3,8‰ em 2009 e 5,6 ‰ em 2001).

Quadro 5

Indicadores sobre a Conjugalidade e Divorcialidade, Portugal, 2001- 2013

Indicadores	Anos							
	2001	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Casamentos	58 390	46 329	43 228	40 391	39 993	↓ 36 035	34 423	31 998
Taxa Bruta de Nupcialidade (%)	5,6	4,4	4,1	3,8	3,8	3,4	3,3	3,1
Idade média ao 1º casamento (anos)								
Homens	27,8	29,4	29,7	30,2	30,8	↓ 31,1	31,4	31,7
Mulheres	26,1	27,8	28,1	28,6	29,2	↓ 29,5	29,9	30,2
Idade média ao casamento (anos)								
Homens	29,8	32,2	32,6	33,4	34,1	↓ 34,6	34,7	35,2
Mulheres	27,4	29,7	30,1	30,8	31,5	↓ 31,9	32,3	32,7
Indicador conjuntural dos 1ºs casamentos								
Homens	0,65	0,49	0,44	0,42	0,45	0,41	0,40	0,38
Mulheres	0,69	0,53	0,49	0,47	0,47	0,43	0,42	0,39
Divórcios	18 851	25 120	26 110	26 176	27 556	↓ 26 751	25 380	22 525
Taxa Bruta de Divorcialidade (%)	1,8	2,4	2,5	2,5	2,6	↓ 2,5	2,4	2,2
Idade média ao Divórcio (anos)								
Homens	40,8	41,5	42,0	42,4	42,7	↓ 43,5	44,0	44,5
Mulheres	38,2	39,2	39,6	40,1	40,4	↓ 41,2	41,7	42,2
Divórcios/Casamentos (%)	32,3	54,2	60,4	64,8	69,4	74,9	74,4	71,1
Taxa Bruta de Viuvez (%)								
Homens	2,7	2,6	2,7	2,7	2,7	↓ 2,7	2,7	2,6
Mulheres	6,1	6,0	6,0	6,0	6,0	↓ 5,8	5,9	5,9

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Anuais de População Residente

Notas:

2011-2013: Estimativas Provisórias de População Residente - valores revistos: as estimativas pós-censitárias de população residente de 2011 - exercício ad hoc assente nos resultados provisórios dos Censos 2011 - foram revistas, em função dos resultados definitivos dos Censos 2011.

2001 - 2010: Estimativas Definitivas de População Residente - valores revistos: as estimativas provisórias de população residente de 2001 a 2010 foram revistas - revisão regular geral -, em função dos resultados definitivos dos Censos 2011.

(2) Com a Lei nº 9/2010 de 31 de Maio, passou a ser permitido o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. A partir de 2010 os valores incluem casamentos celebrados entre pessoas do mesmo sexo.

(3) Com a Lei nº 9/2010 de 31 de Maio, passou a ser permitido o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. A partir de 2011 os valores incluem os casamentos dissolvidos entre pessoas do mesmo sexo.

Portugal, com 4,1 casamentos por mil habitantes, observava uma taxa de nupcialidade inferior à da EU-28, em 2008, último ano para o qual o indicador está disponível para o conjunto dos 28 países comunitários, cuja média foi estimada em 4,8‰ em 2008¹². Os dados disponíveis para 2012 mostram que indicador assume os valores mais elevados na Lituânia (6,9‰) e em Malta e Chipre, ambos com 6,7‰. Os valores mais baixos são pertença da Bulgária (2,9‰), Portugal (3,3‰), Eslovénia e Luxemburgo, ambos com 3,4‰. A Suécia outrora com valores fracos de nupcialidade coerentes com a elevada proporção de nascimentos fora do casamento surge no documento do Eurostat referenciado com um nível de 5,3 ‰, superior á média comunitária (,0‰ em 2001), O facto de a Suécia ter a mais forte percentagem de nados vivos fora do casamento da UE28 e que ultrapassa a metade dos nados vivos do país (57,6% em 2012) parece indiciar a formalização da vivência em comum acontecimento que se pode provavelmente explicar no âmbito das políticas de incentivos à família.

¹² Eurostat (2014) - Marriage and divorce statistics- Statistics Explained, May 2014.

O indicador de primo nupcialidade inverteu o sentido a partir de 1999, tendo apenas 39% das mulheres celebrado o primeiro casamento até aos 50 anos em 2013, valor que representa menos 30 pontos percentuais comparativamente a 2001. O indicador conjuntural de nupcialidade baixa para 38% nos homens.

Em Portugal os jovens prosseguem o adiar do casamento. Em 2001, os homens celebraram o primeiro casamento em média, com 27,8 anos, idade que se elevou para os 31,7 anos em 2013. Nas mulheres o adiamento é ligeiramente mais acentuado, com a idade a aumentar dos 26,1 para os 30,2 anos no mesmo período, estreitando-se a diferença entre as idades médias com que homens e mulheres celebram o primeiro casamento. A idade média ao casamento revela um comportamento semelhante.

Os casamentos tornaram-se menos estáveis, situação bem evidenciada pelo acréscimo contínuo do número de divórcios decretados em Portugal, sobretudo no início do século XXI e que se traduziu numa variação de 19,5% no período estudado. No entanto, o valor máximo da taxa de divorcialidade continua a pertencer ao ano de 2002 (2,7‰), refletindo as alterações legislativas que facilitaram a dissolução do casamento por mútuo consentimento, ao instituir a possibilidade de a mesma ser decretada pelas conservatórias do registo civil. Em 2003, a variável retoma a tendência anterior, situando-se, em 2010, a taxa bruta de divorcialidade em 2,6 divórcios por mil habitantes. Nos últimos três anos a taxa regista recuos e o nível situa-se em 2,2‰, nível idêntico ao de 2003. Os valores tendem a convergir com a taxa bruta de nupcialidade.

Dentro dos países da União Europeia com informação disponível para 2012¹³ a Letónia (3,6‰) e a Lituânia (3,5‰) ocupam as posições mais elevadas na hierarquia do indicador, seguidas pela Dinamarca (2,8‰) enquanto a Irlanda apresenta o valor mais baixo e igual a 0,6 divórcios por mil habitantes.

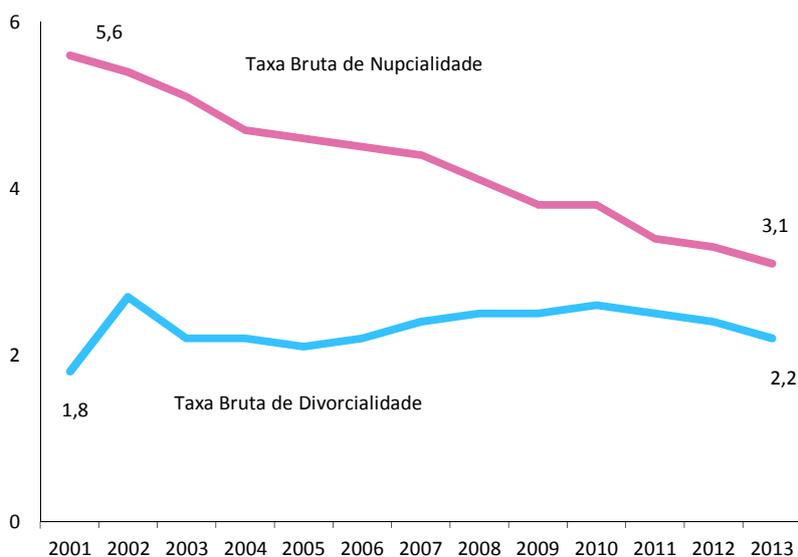
Portugal regista uma taxa de divórcios acima da média comunitária, (estimada para 2010 em 2,0‰, último ano para o qual se dispõe do indicador agregado embora só para o conjunto de 27 países¹⁴) e quase multiplicando por quatro a observada na Irlanda. De referir que em Malta o divórcio não foi permitido até 2011, ano em que se registou uma taxa de 0,1‰ que se elevou a 1,1‰ em 2012.

A idade média ao divórcio tem vindo a aumentar ao longo do período em análise, rondando, em 2013, os 44,5 anos para os homens (comparativamente a 2001 mais 3,7 anos) e os 42,2 anos para as mulheres (mais quatro anos face a 2001), refletindo a diferença de idades ao casamento. Esta análise, à semelhança do ocorrido com o casamento, deve ter em conta o número de divórcios.

O ratio entre divórcios e casamentos evidencia uma tendência crescente. Enquanto em 2001 por cada 100 casamentos celebrados havia 32 divórcios decretados, em 2007, a relação ascende a 54 e a 71 em 2013. Esta evolução reflete as tendências opostas dos dois fenómenos, sendo de ressaltar que desde 2011 o rácio diminui.

Figura 7

Taxas brutas de nupcialidade e divorcialidade (‰), Portugal, 2001-2013



Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Anuais de População Residente

¹³ Eurostat (2014) - *Marriage and divorce statistics- Statistics Explained*, May 2014.

¹⁴ Em Malta o divórcio não foi permitido até 2011. Em 2012, a taxa bruta de divórcio situou-se em 1,1‰.

4. Mortalidade

É na diminuição da mortalidade e sobretudo no modelo de mortalidade por idades que se encontra a causa explicativa do envelhecimento no topo da pirâmide por idades. De facto os enormes ganhos alcançados tornaram possível a sobrevivência de um número crescente de pessoas idosas.

Em 2013, registaram-se 106 543 óbitos de residentes em Portugal, menos 1,0 % face ao ano anterior. Estes óbitos repartiram-se por 54 169 homens e 52 373 mulheres ou seja, por cada 100 mulheres morreram 103 homens, rácio bem inferior ao observado nos primeiros anos do período analisado quando atingiu os 109. A varável óbitos revela oscilações diferentes e de sentido contrário ao longo do período analisado. As mais fortes situam-se em 2004, com uma variação negativa de 6,2%, e nos anos de 2005 e 2006, ambas superiores a 5% mas de sinal contrário. O número de óbitos sofreu um acréscimo de 1,4% entre 2001 e 2013.

Quadro 6

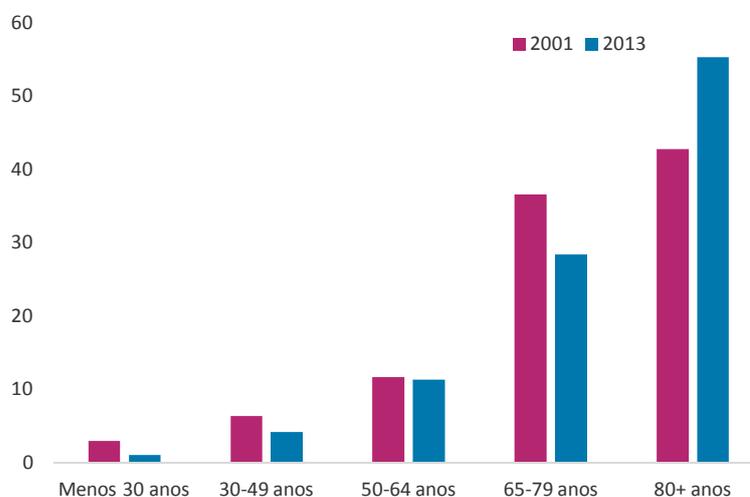
Indicadores sobre a Mortalidade, Portugal, 2001- 2013								
Indicadores	Anos							
	2001	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Óbitos	105 092	103 512	104 280	104 434	105 954	102 848	107 612	106 543
<i>Homens</i>	54 838	53 379	53 582	53 310	54 219	52 544	54 473	54 169
<i>Mulheres</i>	50 254	50 133	50 698	51 124	51 734	50 301	53 139	52 373
Relação de masculinidade à morte (%)	109,1	106,5	105,7	104,3	104,8	104,5	102,5	103,4
Taxa Bruta de Mortalidade (‰)	10,1	9,8	9,9	9,9	10,0	9,7	10,2	10,2
<i>Homens</i>	11,0	10,5	10,6	10,5	10,7	10,4	10,9	10,9
<i>Mulheres</i>	9,4	9,2	9,2	9,3	9,4	9,1	9,7	9,6
Óbitos com menos de um ano	567	353	340	362	256	302	303	244
Taxa de Mortalidade Infantil (%)	5,0	3,4	3,3	3,6	2,5	3,1	3,4	2,9
<i>Homens</i>	5,6	3,5	3,4	4,1	2,5	3,5	3,4	3,4
<i>Mulheres</i>	4,3	3,4	3,1	3,1	2,5	2,7	3,4	2,4

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas, Estimativas Anuais da População Residente

A análise da mortalidade por idades evidencia os progressos alcançados neste campo, dado que os óbitos se concentram cada vez mais nos grupos de idades mais avançadas. Em 2001, os óbitos de indivíduos com menos de trinta anos representavam 2,9 % do total dos óbitos registados valor que desce para 1,0% em 2013. Enquanto a mortalidade no grupo etário dos 50-64 anos se mantém quase estável é de ressaltar o desvio da maior frequência do número de óbitos da faixa etária dos 65-79 anos para a dos 80 ou mais, a qual reuniu, em 2013, mais de metade dos óbitos (55,3%) situação que reflete bem o envelhecimento da população.

Figura 8

Óbitos de residentes em Portugal (%) por grupos etários, 2001 e 2013



Fonte: INE, I.P., Óbitos

A diferença de mortalidade entre homens e mulheres está patente em todos os grupos etários, verificando-se uma sobremortalidade masculina até aos 80 anos, idade a partir da qual o número de óbitos de mulheres excede largamente ao de homens como resultado do excedente de mulheres nas idades mais idosas.

Figura 9

Óbitos de homens residentes em Portugal (%) por grupos etários, 2013

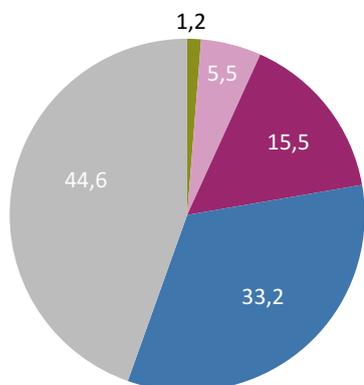
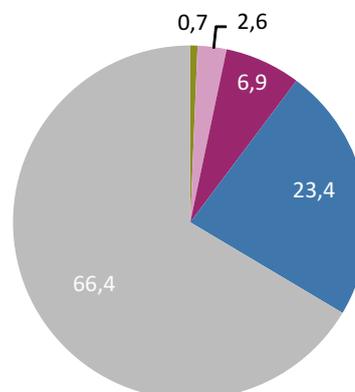


Figura 9 a)

Óbitos de mulheres residentes em Portugal (%) por grupos etários, 2013



■ Menos 30 anos ■ 30 - 49 anos ■ 50 - 64 anos ■ 65 - 79 anos ■ 80+ anos

Fonte: INE, I.P., Óbitos

A taxa bruta de mortalidade, embora com algumas flutuações, estabilizou, no período em análise, à volta dos 10 óbitos por mil habitantes atingindo 10,2 óbitos por mil habitantes, em 2013, valor que sobe para 10,9‰ entre os homens e se fixa em 9,6 ‰ nas mulheres. Portugal, com um valor idêntico ao do ano anterior, continua a inserir-se na média comunitária ¹⁵(UE28= 9,9 ‰ em 2013), ainda que com um valor ligeiramente superior (0,3 pp).

Os níveis de mortalidade dos países da UE variam, em 2013, entre os 6,0 ‰ (Chipre) e 14,4‰ (Bulgária): Com níveis bastante inferiores à média comunitária destacam-se, ainda a Irlanda (6,5‰), e o Luxemburgo (7,0‰) enquanto nas mais elevadas sobressaem também a Letónia (14,5‰) e a Lituânia (14,0‰).

Desde 2004 que Portugal observa uma taxa de mortalidade inferior a 4 óbitos com menos de um ano por mil nados vivos, nível que desce para 2,9, em 2013 contra 3,4‰ em 2012. Contudo, as variações anuais do indicador devem ser interpretadas com extremo cuidado na medida em que os valores em confronto são diminutos e inferiores a 500 óbitos anuais desde 2003. Em 2001, observaram-se 567 óbitos de crianças com menos de um ano cujas mães residiam em Portugal, número que recuou para 244 em 2013. Com uma taxa de 3,4 ‰ o país apresenta-se com um nível inferior à média comunitária, estimada para 2012¹⁶, último valor conhecido (UE28 =3,8‰). A Roménia (9,0‰) e a Bulgária (8,6‰), permanecem com as taxas mais elevadas, enquanto a Eslovénia (1,6‰), a Finlândia (2,4‰) a que se juntam a Suécia e a República Checa, ambas com 2,6‰, observam os níveis mais baixos. A diferença entre as taxas máximas e mínimas reduziu-se a metade entre 2001 (18,4‰ na Roménia e 3,8‰ em Malta) e 2012 (9,0‰ na Roménia e 1,6‰ na Eslovénia). Os valores extremamente baixos que o indicador atingiu, conforme anteriormente referido, aconselham prudência na sua análise anual e podem explicar as mudanças de posicionamento dos países. Como curiosidade pode adiantar-se que os antigos manuais de Demografia referiam que o nível de mortalidade infantil nunca poderia ser inferior a 5 ‰, pois esta era a parte atribuída à componente endógena da mortalidade infantil sobre a qual não se conseguia atuar, tese que teve que se abandonar perante a realidade observada.

¹⁵ Eurostat- Demographic balance and crude rates [demo_gind]:Crude death. Last update 13.08.14 <http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/setupDownloads.do>

A análise das mortes segundo a nacionalidade do indivíduo revela valores não muito significativos neste grupo populacional. A variável nacionalidade só em 1996 foi introduzida no verbete de óbito, ano em que se registou a morte de 378 indivíduos com nacionalidade estrangeira e residentes em Portugal, número que ascendeu a 1 095 em 2001 e a 1 391 em 2009. Em 2013, verificaram-se 1 337 mortes de estrangeiros e que correspondem a 1,3% dos óbitos de residentes em Portugal, contra 1,4% em 2009, facto a que, provavelmente não será alheio o declínio da entrada de imigrantes verificado nos anos mais recentes. Apesar da tendência decrescente, os indivíduos nacionais de África contribuem para a maior parte dos óbitos de residentes estrangeiros (36,4% em 2013, face a 48,7% em 2001). Aos indivíduos provenientes dos países africanos de língua portuguesa corresponde a quase totalidade de óbitos (463) de nacionalidade africana (486). Dentro da nacionalidade europeia, que revela proporções muito pouco expressivas, as mais elevadas continuam a pertencer à inglesa, em 2013, com níveis semelhantes aos registados em 2001, e praticamente iguais a metade dos verificados de 2009 a 2012, seguida da espanhola com níveis estáveis ao longo do período. Esta evolução resulta das diferentes razões que determinam a imigração e das diferentes idades em que a mesma ocorre.

Quadro 7

Óbitos de população com nacionalidade estrangeira residente em Portugal, por nacionalidade, 2001 e 2010-2013

Continente / País de Nacionalidade	2001		2010		2011		2012		2013	
	nº	%								
Total de Óbitos	105 092	100,00	105 939	100,00	102 824	100,00	107 608	100,00	106 535	100,00
Europa	104 423	99,36	105 170	99,27	102 091	99,29	106 964	99,40	105 776	99,29
Portugal	103 996	98,96	104 536	98,68	101 446	98,66	106 304	98,79	105 198	98,75
Alemanha	51	0,05	74	0,07	62	0,06	80	0,07	87	0,08
Bélgica	8	0,01	19	0,02	19	0,02	16	0,01	13	0,01
Espanha	66	0,06	86	0,08	86	0,08	69	0,06	90	0,08
França	30	0,03	37	0,03	40	0,04	56	0,05	49	0,05
Itália	13	0,01	11	0,01	13	0,01	15	0,01	17	0,02
Países Baixos	23	0,02	33	0,03	37	0,04	46	0,04	33	0,03
Reino Unido	86	0,08	177	0,17	173	0,17	181	0,17	93	0,09
R. Moldova	17	0,02	15	0,01	18	0,02	18	0,02	8	0,01
Roménia	15	0,01	35	0,03	45	0,04	39	0,04	43	0,04
Ucrânia	67	0,06	61	0,06	81	0,08	72	0,07	63	0,06
Rússia	10	0,01	14	0,01	9	0,01	10	0,01	14	0,01
Outros países Europa	41	0,04	72	0,07	62	0,06	58	0,05	68	0,06
				0,00		0,00		0,00		0,00
África	533	0,51	547	0,52	507	0,49	445	0,41	486	0,46
Angola	111	0,11	92	0,09	85	0,08	77	0,07	86	0,08
Cabo Verde	271	0,26	281	0,27	248	0,24	251	0,23	246	0,23
Guiné Bissau	81	0,08	64	0,06	68	0,07	45	0,04	80	0,08
Moçambique	28	0,03	20	0,02	20	0,02	14	0,01	22	0,02
S.Tomé e Príncipe	30	0,03	51	0,05	37	0,04	36	0,03	29	0,03
<i>Total dos PALPS</i>	<i>521</i>	<i>0,50</i>	<i>508</i>	<i>0,48</i>	<i>458</i>	<i>0,45</i>	<i>423</i>	<i>0,39</i>	<i>463</i>	<i>0,43</i>
Outros Países	12	0,01	39	0,04	49	0,05	22	0,02	23	0,02
				0,00		0,00		0,00		0,00
América	101	0,10	172	0,16	187	0,18	158	0,15	203	0,19
Brasil	69	0,07	128	0,12	134	0,13	121	0,11	91	0,09
Outros Países da América	32	0,03	44	0,04	53	0,05	37	0,03	112	0,11
Ásia e Oceania	34	0,03	46	0,04	38	0,04	34	0,03	55	0,05
China	4	0,00	10	0,01	9	0,01	13	0,01	10	0,01
Outros Países da Ásia e Oceania	30	0,03	36	0,03	29	0,03	21	0,02	45	0,04
País Desconhecido / Apátrida	0	0,00	4	0,00	1	0,00	5	0,00	12	0,01
Total de óbitos de residentes estrangeiros	1 095	0,82	1 403	1,33	1 378	1,35	1 304	1,22	1 337	1,26

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas (cálculo das autoras)

Nota: A informação relativa aos anos de 2002 – 2004 e 2005-2009 está disponível nos anteriores artigos "A situação Demográfica Recente em Portugal" in Revista de Estudos Demográficos nº46, INE, I. P. Lisboa, 2009 e nº48, INE, I. P. Lisboa, 2010, elaborados pelas mesmas autoras.

As doenças do aparelho circulatório (30,4%), os tumores malignos/neoplasias (23,9%) e os sintomas, sinais e resultados anormais (9,5%) mantêm-se como as principais causas de morte¹⁷ registadas em 2012, embora revelem evoluções diferentes.

Quadro 8

Principais causas de morte em Portugal (em percentagem do total de óbitos), 2002 - 2012										
Causas de Morte	CID - 10	2010			2011			2012		
	Lista Europeia	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Tuberculose	2	0,2	0,3	0,1	0,2	0,3	0,1	0,2	0,3	0,1
Doenças pelo vírus da imunodeficiência humana (VIH)	4	0,6	0,9	0,3	0,5	0,8	0,2	0,5	0,7	0,2
Tumores Malignos	7	23,5	27,5	19,3	24,8	28,8	20,7	23,9	28,1	19,5
Tumor maligno do esófago	9	0,5	0,8	0,2	0,5	0,9	0,2	0,5	0,9	0,2
Tumor maligno do estômago	10	2,2	2,5	1,8	2,4	2,8	1,9	2,2	2,6	1,8
Tumor maligno do colon	11	2,5	2,8	2,2	2,7	2,9	2,5	2,5	2,8	2,2
Tumor maligno da laringe, traqueia, brônquios e pulmões	15	3,8	6,0	1,5	4,0	6,2	1,7	3,7	5,8	1,6
Tumor maligno da mama feminina	17	1,6	0,0	3,2	1,6	0,0	3,2	1,7	0,1	3,3
Tumor maligno da próstata	21	1,7	3,3	0,0	1,8	3,5	0,0	1,7	3,3	0,0
Tumor maligno do tecido linfático, hematopoético e tecidos relacionados	24	1,9	2,0	1,8	2,0	2,1	1,9	2,0	2,1	1,8
Diabetes Mellitus	27	4,5	3,7	5,3	4,4	3,7	5,2	4,5	3,9	5,2
Doenças do Aparelho Circulatório	33	31,8	27,5	36,3	30,7	26,3	35,3	30,4	26,3	34,7
Cardiopatia Isquémica	34	7,0	7,3	6,8	6,7	7,0	6,4	6,4	6,7	6,2
Outras doenças cardíacas	35	5,9	4,7	7,2	5,9	4,6	7,3	6,1	4,7	7,5
Doenças cerebro-vasculares	36	13,6	11,3	15,9	12,9	10,7	15,1	12,6	10,7	14,4
Pneumonia	39	4,8	4,7	4,9	5,3	5,2	5,4	6,3	5,9	6,7
Doenças crónicas das vias aéreas inferiores	40	2,6	3,3	1,9	2,6	3,2	1,9	2,7	3,4	2,0
Doenças Crónicas do Fígado	44	1,3	2,0	0,6	1,3	2,0	0,6	1,1	1,8	0,5
Sintomas, Sinais e resultados anormais de exames clínicos e de laboratório / classificados em outra parte	55	9,4	9,0	9,9	9,5	9,3	9,7	9,5	9,2	9,8
Outras Causas de Morte		21,3	21,1	21,5	20,8	20,6	21,0	20,8	20,3	21,4
TOTAL DE ÓBITOS		100,0								
Acidentes de transporte	60	21,2	23,0	12,0	17,9	21,9	11,2	13,0	16,7	7,2
Lesões autoprovocadas intencionalmente	63	16,4	25,2	13,3	19,0	23,6	11,2	19,6	25,6	10,2
Outras Causas de Morte Externas	58	62,4	51,8	74,7	63,1	54,5	77,5	67,4	57,7	82,6
TOTAL CAUSAS EXTERNAS DE MORTALIDADE		100,0								

Fonte: INE, I.P. Óbitos por Causas de Morte (cálculos das autoras)

Nota: A informação relativa aos anos de 2002 – 2009 está disponível nos anteriores artigos "A situação Demográfica Recente em Portugal" in Revista de Estudos Demográficos nº46, INE, I. P. Lisboa, 2009 e nº48, INE, I. P. Lisboa, 2010, elaborados pelas mesmas autoras.

Entre as doenças do aparelho circulatório, que recuaram 8 p.p. comparativamente a 2002, as cerebrovasculares continuam a ser a primeira causa de morte em Portugal (12,6% em 2012 contra 18,3% em 2002) e representam praticamente uma importância relativa dupla das cardiopatias isquémicas (6,4% em 2012 e 8,9% em 2002). As doenças cerebro-vasculares afetam principalmente as mulheres (34,7% do total de causas) e têm a maior expressão nas idades avançadas, ocorrendo a quase totalidade a partir dos 65 anos.

¹⁷ Com base na 10ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID 10), vigor em Portugal desde 2002. À data da elaboração do artigo o último ano com informação disponível para as causas de morte era 2012.

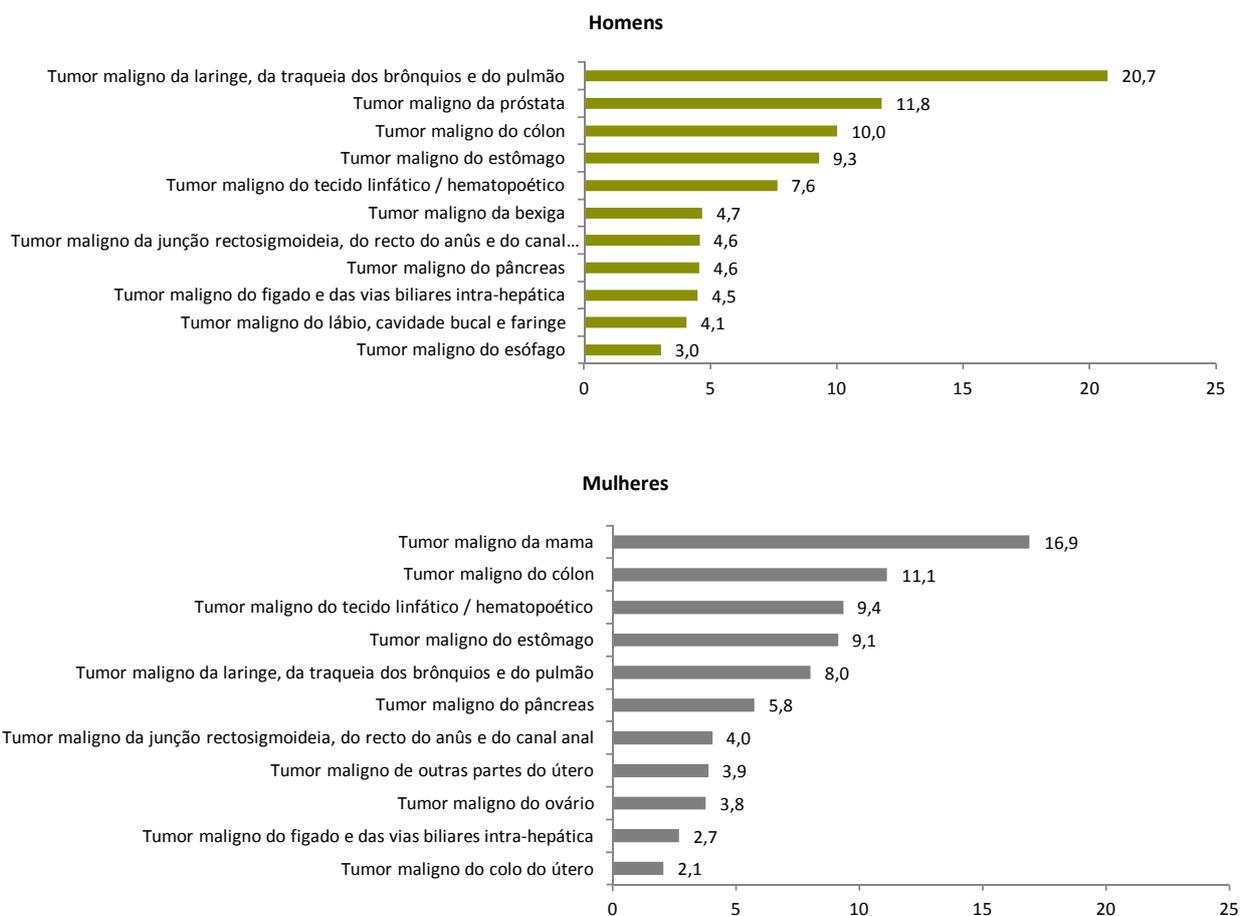
Os problemas de hipertensão, níveis elevados de colesterol, os hábitos alimentares e os estilos de vida incluindo a sedentarização, explicam a importância que estas causas de morte assumem quando comparadas com os países da EU.

Os tumores malignos, segunda causa de morte em Portugal, representavam, em 2012, 23,9% do total das causas de morte e sofreram um agravamento de 3 p.p. face a 2002. As mortes de homens devidas a esta causa foram responsáveis por 28,1% do total de mortes de residentes no país em 2012 enquanto as das mulheres explicaram (contribuíram) 19,5 % do total, valores que traduzem um acréscimo no período de 4,4 p. p e 1,7 p.p. respetivamente para homens e mulheres.

Entre os tumores malignos, em 2012 o da laringe, da traqueia, dos brônquios e do pulmão continua a assumir o primeiro lugar como causa de morte, nos homens (20,7%) seguido do tumor da próstata (11,8%) e do cólon (10,0%). Nas mulheres, o tumor maligno da mama (16,9%) ocupa a primeira posição, seguido do cólon (11,1%) e do tecido linfático / hematopoético (9,4%). A importância relativa do tumor maligno do estômago no total dos tumores malignos apresenta valores muito próximos tanto para homens como para mulheres e ocupa, em ambos, a quarta posição. Ao contrário, o tumor maligno da laringe, da traqueia, dos brônquios e do pulmão atinge sobretudo os homens enquanto o tumor maligno do tecido linfático, hematopoético e tecidos relacionados e o tumor maligno do pâncreas afetam mais as mulheres do que os homens. Em relação ao ano de 2011 nota-se que a parte do tumor maligno da mama no total dos tumores malignos sofreu um aumento de 1,2 p.p. entre as mulheres.

Figura 10

Tumores malignos, por sexo (%) Portugal, 2012-CID 10



Fonte: INE, I.P., Estatísticas de Causas de morte

Nota: Percentagens calculadas em relação ao de óbitos de cada sexo, causados por tumores malignos.

A quase totalidade das mortes devidas às doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos observa-se nas pessoas idosas e, em particular nas mais idosas. As mortes provocadas pela diabetes mellitus ocorrem essencialmente nas idades superiores a 74 anos e sobretudo nas mulheres. Situação idêntica verifica-se com a doença de Alzheimer.

No que se reporta às causas externas é de assinalar a perda de importância relativa das mortes devidas a acidentes de transporte (16,7% em 2012 contra 38,7% em 2002).

Em 2012, registaram-se 707 óbitos por acidentes de transporte (CID-10, Lista Europeia, classe 60) contra 958 casos em 2011 e 2 220 em 2002. Praticamente metade destas mortes concentraram-se no grupo etário dos 15-39 anos, e em particular na faixa etária entre os 20 e os 29 anos. A mortalidade atribuída a causa recuou no grupo etário dos 15-39 anos de 44% para um terço em 2012 e atinge maioritariamente os homens.

Quadro 9

Óbitos causados por Acidentes de transporte (CID 10), Portugal, 2002 - 2012

Idades	2002			2005			2010			2011			2012		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
15-19	158	130	28	108	90	18	44	33	11	46	34	12	25	20	5
20-24	242	209	33	154	128	26	81	63	18	81	63	18	51	47	4
25-29	233	195	38	120	99	21	103	88	15	68	59	9	45	40	5
30-34	177	155	22	109	92	17	109	91	18	64	54	10	62	53	9
35-39	160	143	17	104	89	15	109	93	16	67	61	6	56	51	5
15-39	970	832	138	595	498	97	446	368	78	326	271	55	239	211	28
Total	2 220	1 739	481	1 373	1 092	281	1 953	1 358	595	958	734	224	707	554	153

Em percentagem

15-19	100,0	82,3	17,7	100,0	83,3	16,7	100,0	75,0	25,0	100,0	73,9	26,1	100,0	80,0	20,0
20-24	100,0	86,4	13,6	100,0	83,1	16,9	100,0	77,8	22,2	100,0	77,8	22,2	100,0	92,2	7,8
25-29	100,0	83,7	16,3	100,0	82,5	17,5	100,0	85,4	14,6	100,0	86,8	13,2	100,0	88,9	11,1
30-34	100,0	87,6	12,4	100,0	84,4	15,6	100,0	83,5	16,5	100,0	84,4	15,6	100,0	85,5	14,5
35-39	100,0	89,4	10,6	100,0	85,6	14,4	100,0	85,3	14,7	100,0	91,0	9,0	100,0	91,1	8,9
15-39	100,0	85,8	14,2	100,0	83,7	16,3	100,0	82,5	17,5	100,0	83,1	16,9	100,0	88,3	11,7
Total	100,0	78,3	21,7	100,0	79,5	20,5	100,0	69,5	30,5	100,0	76,6	23,4	100,0	78,4	21,6

Fonte: INE, I.P. Óbitos por Causas de Morte (cálculos das autoras)

Nota: A informação relativa aos anos de 2003 – 2004 e 2006-2009 está disponível nos anteriores artigos "A Situação Demográfica Recente em Portugal" in Revista de Estudos Demográficos nº46, INE, I. P. Lisboa, 2009 e nº48, INE, I. P. Lisboa, 2010, elaborados pelas mesmas autoras.

Não é possível com base no registo das Estatísticas de Saúde, fonte de informação, para o estudo do fenómeno da mortalidade apurar os óbitos causados por acidentes em veículos de duas rodas e se a morte ocorre enquanto condutores ou como passageiros.

A análise das taxas de mortalidade por sexo para as principais causas de morte mostra tendências semelhantes.

As taxas de mortalidade por doenças cerebrovasculares diminuíram 31,7% entre 2002-2012 sendo a baixa mais expressiva nas mulheres (-32,7%), mas os valores permanecem mais elevados nas mulheres: 139,5 por cem mil mulheres e 116,6 por cem mil homens em 2012, face a 207,4 por cem mil mulheres e 167,9 por cem mil homens, em 2002. O recuo da taxa foi mais notório na idade dos 65-74 anos, quer para homens (-51,1%) quer para mulheres (-55,9%).

As taxas de mortalidade por doenças isquémicas do coração reduziram-se 27,7% no horizonte 2002 -2012 passando de 91,1 para 65,9 óbitos por 100 000 habitantes e observaram uma variação mais forte nos homens (-29,8%) do que nas mulheres (-24,6%). A taxa nos homens desceu de 103,6 em 2002 para 72,7, em 2012, assumindo sempre valores superiores aos das mulheres (79,3 e 59,8 óbitos de mulheres por 100 000 mulheres, respetivamente em 2002 e 2012). As taxas mais elevadas, tanto para homens como para mulheres, encontram-se nas idades iguais ou superiores a 75 anos. A variação negativa mais forte centra-se, nos homens, na faixa etária dos 45-64 anos e nas mulheres na dos 55-64 anos. Estas idades registam recuos nas taxas superiores a 50%.

As taxas de mortalidade por tumores malignos aumentaram 14% no período de 2002-2012 passando de 214,4 para 244,4 óbitos por 100 000 habitantes, sendo superiores nos homens: 305,8 por 100 000 homens contra 188,4 por 100 000 mulheres, em 2012. A variação da taxa no referido período situou-se em 16,2% nos homens e o acréscimo verificou-se no grupo etário dos 55-64 anos cujo valor passou de 416,0 para 432,8 por 100 000 homens daquela idade.

5. Esperança de vida

A análise de tábuas de mortalidade sucessivas permite identificar o avanço no campo da esperança de vida. A presente análise assenta nos valores da esperança de vida deduzidos das tábuas completas de mortalidade calculadas pelo INE desde 2008¹⁸. Entre os triénios 2001-2003 e 2011-2013 a esperança de vida à nascença aumentou em Portugal 3,4 anos para os homens e 2,6 anos para as mulheres atingindo os 76,9 anos e os 82,9 anos, respetivamente.

Quadro 10

Esperança de vida (em anos) e níveis de sobrevivência às diversas idades, Portugal, 2001-2013

Anos	e _{0 anos}		e ₂₀		e ₄₅		e ₆₅		e ₇₀		e ₈₀	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M

Esperança de vida (ex)

2001 - 2003	73,55	80,21	54,41	60,88	31,64	36,74	15,35	18,69	11,87	14,52	6,12	7,45
2003 - 2005	74,35	80,86	55,09	61,44	32,07	37,23	15,72	19,11	12,18	14,94	6,38	7,79
2005 - 2007	75,18	81,63	55,80	62,10	32,57	37,80	16,16	19,55	12,58	15,32	6,53	7,88
2007 - 2009	75,84	81,87	56,40	62,35	32,94	38,04	16,48	19,74	12,83	15,48	6,58	7,91
2009 - 2011	76,47	82,43	56,97	62,83	33,39	38,52	16,92	20,20	13,24	15,90	6,87	8,23
2011 - 2013	76,91	82,79	57,42	63,21	33,63	38,78	17,07	20,40	13,37	16,09	6,83	8,32

Anos	l _{0 anos}		l ₂₀		l ₄₅		l ₆₅		l ₇₀		l ₈₀	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M

Número de sobreviventes (lx)

2001 - 2003	100 000	100 000	98 703	99 115	93 390	97 273	78 513	90 064	70 155	85 589	42 089	63 977
2003 - 2005	100 000	100 000	98 909	99 234	94 208	97 526	79 682	90 713	71 699	86 317	43 988	65 672
2005 - 2007	100 000	100 000	99 081	99 386	94 873	97 879	80 797	91 593	73 146	87 602	46 766	68 826
2007 - 2009	100 000	100 000	99 183	99 375	95 549	97 911	81 778	91 851	74 496	88 042	49 084	70 187
2009 - 2011	100 000	100 000	99 278	99 482	95 946	98 049	82 318	92 159	75 367	88 602	51 195	71 908
2011 - 2013	100 000	100 000	99 288	99 465	96 442	98 255	83 194	92 605	76 315	89 138	52 875	73 047

Fonte: INE, I.P. Tábuas Completas de Mortalidade

Nota(s):

(1) Tábuas Completas de Mortalidade para Portugal 2000-2002 a 2009-2011: valores revistos com base na revisão das estimativas da população exposta ao risco de óbito, assentes nos resultados definitivos dos Censos 2011. Tábuas de Mortalidade para Portugal 1990-1992 a 1999-2001: valores revistos com base na revisão das estimativas intercensitárias de população residente em Portugal de 1991 a 2000 (revisão extraordinária). A metodologia de cálculo da série revista das tábuas de mortalidade para Portugal manteve-se, correspondendo à metodologia adotada pelo INE em 2007, descrita no documento metodológico que está disponível no portal do INE.

Última atualização destes dados: 29 de maio de 2014

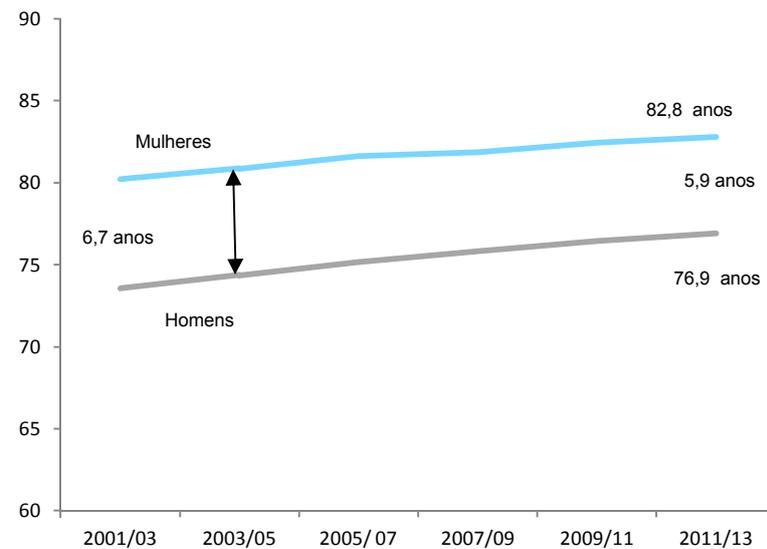
¹⁸ INE, I.P. (2007) "Tábuas completas de mortalidade para Portugal: metodologia 2007" http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_estudos&ESTUDOSest_boui=12725075&ESTUDOSmodo=2

O acréscimo mais notório nos valores do indicador entre os homens permitiu estreitar a diferença de esperança média de vida entre homens e mulheres que se reduziu de 6,7 anos no triénio 2001-2003 para 5,9 anos no período de 2011-2013.

Atualmente, estima-se que os homens que atinjam os 45 anos de idade vivam, em média, ainda mais 33,6 anos, enquanto a vida média esperada das mulheres que chegam à mesma idade, sobe para 38,8 anos. Comparativamente ao triénio 2001-2003, tanto os homens como as mulheres que alcançaram aquela idade ganharam, sensivelmente, o mesmo número de anos de vida que se traduziu em cerca de 2 anos.

Figura 11

Esperança média de vida à nascença (anos), Portugal, 2001-2003 a 2011-2013



Fonte: INE, I.P. Tábuas Completas de Mortalidade

No triénio 2011-2013, a esperança de vida aos 65 anos foi estimada em 18,97 anos para ambos os sexos, situando-se em 17,07 anos para os homens e em 20,40 anos para as mulheres. Nos últimos 10 anos o ganho médio na esperança de vida a esta idade foi idêntico para homens e para mulheres (1,7 anos).

Os homens que sobrevivam até à idade dos 80 anos podem esperar viver, em média, ainda 6,8 anos e as mulheres mais 8,3 anos. Face ao início do período, a esperança média de vida aos 80 anos aumentou 0,71 anos para os homens e 0,87 anos para as mulheres.

O ritmo de crescimento da longevidade à nascença, entre os triénios 2001-2003 e 2011-2013, foi ligeiramente superior nos homens (4,6%, à nascença) face ao das mulheres (3,2%, à nascença) tornando-se mais rápido com a idade, sobretudo a partir dos quarenta e cinco anos, tendo como referência as idades selecionadas para análise. Para os homens que alcancem a idade dos vinte anos estima-se um aumento de 5,5% e de 3,8 % nas mulheres. À idade de quarenta e cinco anos o ritmo acelera e alcança, nos homens, os 6,3%, mais 0,7 p.p. do que nas mulheres. A variação máxima observa-se na idade dos 70 anos, com 12,6 % e 10,8 %, respetivamente para homens e mulheres. Esta evolução provocou o atenuar do fenómeno da sobremortalidade masculina expresso no excesso de mortalidade dos homens em relação às mulheres, à semelhança do verificado em outros países.

Apesar da significativa redução observada na mortalidade masculina os dados do Eurostat referentes a 2012, último ano para o qual o Eurostat disponibiliza o indicador ¹⁹ Portugal surge com uma esperança média de vida à nascença nos homens (77,3 anos) ligeiramente abaixo da média comunitária (UE28= 77,5 anos). Ao contrário, as mulheres detêm uma esperança média de vida à nascença 0,5 anos acima da média (UE28= 83,1 anos).

Com o alargamento da Europa Comunitária aumentou a amplitude da esperança de vida à nascença. Em 2012, os valores mais elevados do indicador, para os homens, registam-se na Suécia (79,9 anos) e em Itália (79,8 anos) e para as mulheres em Espanha (85,5 anos) e França (85,4 anos). Os níveis mais baixos, no caso dos homens, estão ainda longe dos 70 anos e pertencem à Lituânia (68,4 anos) e à Letónia (68,9 anos). É na Bulgária (77,9 anos), na Roménia (78,1) anos na Letónia (78,9 anos) com níveis muito afastados da média comunitária.

¹⁹ Eurostat- Demographic balance and crude rates [demo_gind]: Life expectancy by age and sex [demo_mlexpec]. Last update 29.10.14 <http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/setupDownloads.do>.

Espera-se que no triénio 2011-2013 de 100 000 nados vivos, 99 288 homens alcancem a idade exata dos 20 anos, número ligeiramente inferior ao das mulheres que sobrevivem à mesma idade (99 442).

De ressaltar que o número de homens sobreviventes aos 45 anos (96 442) é inferior ao número de mulheres sobreviventes à mesma idade no período 2001-2003 (97 273).

No triénio 2011-2013, estima-se que só 83 194 homens alcancem a idade exata dos 65 anos, número bastante inferior ao das mulheres sobreviventes à mesma idade (92 605) e ainda abaixo do número de mulheres sobreviventes, àquela idade, no período 2001-2003 (90 064).

A diferença é mais acentuada com o avanço da idade. Assim, e no triénio 2011-2013, o número de homens que chegam à idade exata dos 80 anos é apenas de 52 875 enquanto o número das mulheres se eleva a 73 047.

A proteção hormonal que a mulher possui até atingir a menopausa e a adoção de tratamentos hormonais de substituição, eventualmente podem conferir uma posição favorável às mulheres que contrabalança todas as situações de *stress*, provocadas pela sua maior participação no mercado de trabalho, e pela adoção de comportamentos de risco semelhantes aos dos homens, no que se refere ao consumo de álcool e tabaco.

6. As migrações e a população estrangeira

O contributo das migrações na dinâmica do crescimento da população depende do sentido e da duração dos fluxos bem como do volume e da correspondente estrutura etária e por sexo.

O impacte dos migrantes na população de acolhimento é de dois tipos. Um, mais imediato que incide diretamente sobre o volume e a estrutura da população e outro que atua nos comportamentos demográficos de fenómenos como a fecundidade, modelos familiares e mortalidade.

Todavia, as migrações são a componente demográfica mais difícil de quantificar em países como Portugal que não dispõe de um registo de população.

Em 2013, segundo os valores estimados pelo INE e utilizados no cálculo das estimativas anuais da população, o saldo migratório atingiu o valor de -36 232 indivíduos em resultado de 17 554 entradas e 53 786 saídas. O saldo migratório registou assim, um ligeiro abrandamento face a 2012 devido ao maior número de indivíduos que chegaram a Portugal com a intenção de residir no país por um período superior a um ano, quantitativo que foi suficiente para anular o efeito do incremento do número de indivíduos que deixaram o país com a intenção de permanecerem no exterior por um período igual ou superior a um ano.²⁰

Ao contrário, em 2001, e segundo a mesma fonte, o saldo migratório, fortemente positivo, foi estimado em 56 213 indivíduos repartidos em 61 609 entradas e em 5 396 saídas.

De 1993, ano em que passou a positivo, até 2007 o saldo migratório foi a principal componente do acréscimo populacional em Portugal. Este período coincide com a forte chegada de imigrantes e com o atenuar das correntes emigratórias. Os quantitativos mais elevados, superiores a 50 000 indivíduos por ano, centram-se nos anos de 1999 a 2001 e os homens são maioritários. A média anual no triénio foi de 59 000 entradas no país e de 10 000 saídas.

Em 2008, o sentido do saldo migratório voltou a inverter-se e a assumir valores negativos que se reforçaram com a crise económica entre 2011-2013. A média anual do saldo no período entre 2008 e 2013 foi estimada em cerca de -11,6 mil indivíduos a que corresponderam, em média, 25,6 mil entradas e 35,1 mil saídas.

²⁰ As entradas e saídas utilizadas no cálculo das estimativas anuais de população residente têm um carácter permanente ou seja, reportam-se a período igual ou superior a um ano.

A mudança de sentido no saldo migratório, ocorrida ao longo do horizonte temporal 2001-2013, foi provocada pelo efeito conjugado do abrandamento dos fluxos de entrada no país e do incremento dos fluxos de saída, ambos explicados pela crise económica que afeta o país.

Portugal, país de emigrantes por tradição, mesmo durante os anos de maior intensidade de fluxos imigratórios continuou a ser um país de emigrantes, situação que se intensificou nos últimos anos a par do recuo do fluxo de chegada de estrangeiros.

Segundo as estimativas divulgadas pelo INE²¹ em 2013, emigraram com carácter permanente, 53 786 indivíduos, sendo 35 632 homens e 18 154 mulheres, valores que exprimem uma relação de masculinidade de dois homens por cada mulher.

Comparativamente a 2008, primeiro ano para o qual existe informação disponível harmonizada a nível comunitário sobre fluxos emigratórios²² a saída de indivíduos para residir no estrangeiro quase duplicou sendo que o número de mulheres que deixaram o país mais do que multiplicou por três. Ainda segundo a mesma fonte o ritmo de acréscimo acentuou-se em 2011, momento a partir do qual desacelerou.

Na emigração portuguesa destacam-se algumas fases de evolução. Uma, que regista o primeiro grande surto emigratório da história contemporânea portuguesa, sobretudo para o Brasil, e que se localiza entre 1911 e 1920 atingindo o valor máximo em 1912; outra, de maior intensidade e que corresponde ao grande ciclo de emigração portuguesa para a Europa, ocorre durante a guerra colonial, situa-se entre 1962 a 1973, e origina a diminuição da população portuguesa durante este período. Ambas as fases têm subjacentes saídas de carácter permanente ou seja, por períodos iguais ou superiores a um ano. A partir do final dos anos oitenta, a emigração portuguesa, assume alguma expressão, mas prevalecem os fluxos de carácter temporário, ou seja por período inferior a um ano, situação que, segundo se estima, tenha tido continuidade no início do presente século²³. Nos últimos anos, e em particular com o aparecimento da crise económica, o número de emigrantes cresceu e os países de destino diversificaram, com destaque para Reino Unido, Suíça, França, Alemanha, Angola e Moçambique, de acordo com o Observatório da Emigração.

A população com nacionalidade estrangeira a residir em Portugal pode ser quantificada através de duas fontes de informação distintas. Uma é o Recenseamento Geral da População e da Habitação, conduzido, cada dez anos, pelo INE, tendo o último ocorrido em 21 de março de 2011²⁴. Outra é o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do Ministério da Administração Interna (SEF/MAI) que recolhe dados anuais sobre a população estrangeira com estatuto de residente.

À data da realização dos Censos 2011, residiam em Portugal 394 496 pessoas de nacionalidade estrangeira²⁵, o que representava cerca de 3,7% do total da população residente e um acréscimo de 1,5 pp ao número apurado nos Censos de 2001. A maioria da população estrangeira residente em Portugal, em 2011 era constituída por mulheres (52,3%) o que significa uma alteração comparativamente aos censos anteriores, no qual os homens representavam 54,3% da população de nacionalidade estrangeira a residir no país.

²¹ INE (2014) Estatísticas Demográficas 2013, pp 104.

²² INE (2014) Estatísticas Demográficas 2013, pp 101.

²³ Sobre esta temática ver Moreira, Humberto "Emigração Portuguesa (Estatísticas retrospectivas e reflexões temáticas)"; Revista de Estudos Demográficos nº 38 pp 47-65. Lisboa, 2006.

²⁴ Sobre esta Temática consultar Gabinete dos Censos, "Caracterização da população estrangeira a residir em Portugal, com base nos Censos 2011" Revista de Estudos Demográficos nº53 pp. 35-76, INE,I.P. Lisboa 2014.

²⁵ De acordo com os Censos 2011 são "considerados residentes todos os estrangeiros que tenham chegado a Portugal com a intenção de cá permanecerem por um período mínimo de 12 meses".

Figura 12

Saldo Migratório por componentes (em milhares), Portugal 2001 e 2013



Fonte: INE, I.P. Estimativas Anuais de População Residente

A população estrangeira, com uma idade média de 34,2 anos, era, em 2011, bastante mais jovem do que a portuguesa (idade média igual a 42,1 anos) apesar de ter envelhecido dois anos, em média, face aos Censos de 2001²⁶ e tanto os homens como as mulheres concentravam-se na faixa da idade ativa mais nova. Ora, sendo este grupo etário o mais afetado pela emigração portuguesa, as entradas podem ter ocorrido um atenuar do efeito sobre a estrutura da população em idade ativa residente em Portugal.

As entradas provenientes do estrangeiro têm duas componentes, uma correspondente aos indivíduos com nacionalidade estrangeira e outra aos indivíduos com nacionalidade portuguesa, normalmente designada como regresso de emigrantes.

Segundo os Censos 2011, dos 10 562 178 indivíduos residentes em Portugal no momento censitário, 215 130 declararam residir no estrangeiro em 31 de dezembro de 2005 sendo que destes 48,9% possuíam a nacionalidade portuguesa e 51,1% detinham a nacionalidade estrangeira. Dos 105 150 portugueses que regressaram ao país depois de 31 de dezembro de 2005, 54,6 % eram homens e 45,4% mulheres. Suíça (12,8%), Reino Unido (10,7%), Espanha (9,0%), Brasil (5,3%) e Estados Unidos (5,0%) foram os países de onde regressaram mais portugueses.

Tendo como referência o momento de residência no estrangeiro a 31 de dezembro de 2009 a população com nacionalidade portuguesa ascendia a 62,0% dos 81 778 indivíduos recenseados que declararam residir no estrangeiro naquela data enquanto a população de nacionalidade estrangeira diminuía a importância relativa (38,%). Os 43 444 portugueses que regressaram a Portugal depois de 31 de dezembro de 2009 repartiram-se por 57,9% de homens e 42,1% de mulheres.

Em qualquer dos momentos de regresso ao país os homens são majoritários no caso de possuírem a nacionalidade portuguesa, indiciando a situação de maior representatividade masculina no processo emigratório.

A componente afeta ao regresso de emigrantes continuou a ser relevante mas deixou de ser majoritária, conforme observado em anteriores censos e que atingiu cerca de 60% do total dos indivíduos recenseados em 2001 que declararam residir no estrangeiro em 1995, perde peso e corresponde a 51 % das entradas ocorridas posteriormente a 1999.

Estas duas populações, de nacionalidade portuguesa e estrangeira apresentam estruturas por sexo e idades diferentes e consequentemente provocam efeitos também diferentes na população residente em Portugal.

Outra análise com base na informação censitária evidencia que 245 390 dos indivíduos recenseados em 2011 declararam ter residido no estrangeiro por um período contínuo de pelo menos um ano entre 2001-2005, quantitativo que se eleva para 324 670 nos anos compreendidos entre 2006-2011. Cerca de 56 % dos indivíduos responderam ter vivido na Europa, em qualquer dos dois períodos em análise, sendo a Alemanha, o Reino Unido e a Espanha os países mais significativos. Este valor sobe para 59% no caso dos homens. A percentagem de indivíduos que declarou que residia na América no período de 2001-2005 situou-se em 26,3% proporção que baixou para 23,2% no período seguinte. O país de origem era na quase totalidade o Brasil, com percentagens superiores a 70%. A importância relativa de indivíduos que declarou ter vivido entre 2001-2005 por um período contínuo a um ano em África foi de 12,5% e de 15,9% no período de 2006-2011. Como país de residência anterior destaca-se Angola local onde 29,9% dos indivíduos declararam ter vivido no período de 2001-2005, valor que aumenta para 55,1% no período de 2006-2009.

²⁶ INE, I.P. DESTAQUE, Informação à Comunicação Social "A População Estrangeira em Portugal 2011", Lisboa 17 dezembro 2012.

Quadro 11

População estrangeira com residência legalizada em Portugal, 2001-2013

Continente / País de Nacionalidade	2001	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Total	223 997	332 137	401 612	436 020	451 742	443 055	434 708	414 610	398 268
<i>Homens</i>	125 958	181 910	219 765	228 289	233 280	224 489	218 170	205 385	194 309
<i>Mulheres</i>	98 039	150 227	181 847	207 731	218 462	218 566	216 538	209 225	203 959
Europa	67 127	124 901	168 124	166 025	176 440	176 834	177 528	164 215	158 992
Alemanha	11 167	13 870	15 498	8 187	8 614	8 967	9 054	8 606	8 581
Bélgica	2 278	2 798	3 091	1 560	1 609	1 707	1 752	1 771	1 881
Espanha	13 645	16 611	18 030	7 220	8 060	8 918	9 310	9 351	9 541
França	7 817	9 737	10 556	4 576	4 883	5 111	5 293	5 201	5 268
Itália	3 380	4 954	5 985	3 915	4 499	5 067	5 338	5 222	5 121
R. Moldova	45	7 459	11 414	21 067	20 726	15 632	13 586	11 503	9 968
Países Baixos	4 460	5 869	6 589	4 360	4 577	4 725	4 862	4 848	4 994
Reino Unido	14 953	19 761	23 608	15 371	16 373	17 196	17 675	16 649	16 471
Roménia	508	5 446	17 200	26 425	32 457	36 830	39 312	35 216	34 204
Rússia	596	3 375	4 523	6 181	6 109	5 280	4 854	4 532	4 399
Suécia	1 317	1 521	1 649	0 699	0 746	0 804	0 918	0 977	1 189
Suiça	1 407	1 692	1 827	1 011	1 003	1 036	1 030	1 025	1 055
Ucrânia	203	22 846	34 240	52 472	52 253	49 487	48 010	44 050	41 074
Outros Países Europa	5 351	8 962	13 914	12 981	14 531	16 074	16 534	15 264	15 246
África	107 309	129 806	138 337	125 671	120 285	107 079	103 993	100 876	100 845
Angola	22 751	28 856	30 431	27 307	26 292	23 233	21 329	19 873	19 967
Cabo Verde	49 845	57 369	61 110	50 887	48 417	43 510	43 475	42 388	42 011
Guiné Bissau	17 791	21 170	22 174	23 842	22 404	19 304	18 131	17 462	17 574
Moçambique	4 725	5 156	5 403	3 347	3 305	3 109	2 995	2 901	2 825
S. Tomé e Príncipe	6 304	8 874	9 736	11 402	11 142	10 175	10 274	10 174	10 169
Total dos Palps	101 416	121 423	128 854	116 785	111 560	99 331	96 204	92 798	92 546
Outros Países África	5 893	8 383	9 483	8 886	8 886	7 748	7 789	8 078	8 299
América	39 018	58 708	72 387	115 549	124 667	127 872	120 172	114 540	100 296
América Norte	10 183	10 122	10 228	3 180	3 179	4 362	4 470	4 617	4 611
EUA	8 023	8 020	8 097	2 228	2 220	2 223	2 324	2 403	2 455
América Central e do Sul	28 835	48 586	62 159	112 369	121 488	123 510	115 702	109 923	95 685
Brasil	23 422	42 319	55 665	106 704	115 882	119 195	111 295	105 518	91 238
Venezuela	3 508	3 209	3 177	2 362	2 169	2 008	1 994	1 941	1 894
Ásia	9 724	17 870	21 902	28 425	30 020	30 961	32 700	34 662	37 805
China	3 953	8 081	9 689	13 313	14 373	15 600	16 595	17 186	18 445
Índia	1 360	2 611	3 538	5 457	5 734	5 213	5 316	5 574	5 983
Japão	800	868	896	361	350	346	343	371	368
Paquistão	1 034	1 779	2 092	2 729	2 696	2 603	2 470	2 423	2 625
Oceânia	537	563	572	264	255	253	262	271	291
Austrália	476	491	497	224	218	217	223	225	246
Outros Países Ásia e Oceânia	2 577	4 496	5 687	6 565	6 904	7 235	8 015	9 154	10 429
Apátridas e Desconhecida	282	289	290	86	79	50	47	40	33

Fonte:Ministério da Administração Interna / Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (MAI/SEF)

Notas: Por comparação com o ano de 2005 (274 631) verificou-se, em 2006 e 2007, um incremento no número de solicitações de autorização de residência, o que concorreu para um acréscimo do número de titulares de autorização de residência. Este aumento teve como principal motivo a possibilidade de conversão das autorizações de permanência e dos vistos de longa duração em autorizações de residência. Esta situação decorre da emissão de títulos de residência ao abrigo do art.87º, alínea m do Decreto-Lei 244/98 de 8 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 34/2003 de 25/Fevereiro, mas também do Artº 217º, nº 1 da Lei 23/2007 de 4 de Julho.

Dados disponíveis em outubro de 2014

A população estrangeira com estatuto de residente em Portugal no final do ano de 2013 recuou, segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), para 398 268 indivíduos, ou seja uma variação negativa de 3,9% face ao ano anterior e que afetou mais os homens (-5,4%) do que as mulheres (-2,5%). De acordo com a mesma fonte, se àqueles titulares de autorização ou de cartão de residência se adicionarem as 3 052 prorrogações de vistos de longa duração concedidas (1 235 a homens e 1 817 a mulheres) o número de estrangeiros a residir ou permanecer de forma legal no país ascendia a 401 320, sendo 195 544 homens e 205 776 mulheres.

A evolução recente da população estrangeira com estatuto de residente evidencia duas tendências bem distintas: uma, fortemente crescente, de 2001 a 2009, em que se observou uma taxa média anual de 8,7 %, maior nas mulheres (10,2%) do que nos homens (7,7%). Para esta elevada taxa de crescimento contribuíram os imigrantes provenientes da Moldóvia, Ucrânia, Brasil, Índia e China. Em 2010, inicia-se o ciclo decrescente da população estrangeira com estatuto de residente no país e que conduz a uma taxa média anual de crescimento da população estrangeira de 3,6% no período 2010-2013, mais forte nos homens (4,8%) do que nas mulheres (2,3%). O efeito destes dois andamentos opostos reflete-se na taxa média anual de 4,8% para o período de 2001-2013, quase dupla nas mulheres (6,1%) do que nos homens (3,6%).

Foi em 2009 que se registou o valor máximo de entradas com 451 742 indivíduos, repartidos por 233 280 homens e 218 566 mulheres. É precisamente em 2012 que as mulheres se tornam maioritárias na população estrangeira (50,5%).

A grande maioria da população estrangeira continuou a ser nacional dos países africanos de língua portuguesa (PALP) apesar de se ter reduzido a quase metade entre 2001 (45,5%) e 2013 (23,2%). Este recuo reflete em grande medida a tendência observada nas populações com nacionalidades cabo-verdiana e angolana, que ocupavam, em 2013, as duas posições mais relevantes no conjunto dos PALPs com 10,6% e 5,0%, respetivamente, da população estrangeira com residência legalizada em Portugal.

Da Europa tiveram origem 39,9% dos indivíduos estrangeiros a residir legalmente em Portugal em 2013, representando uma variação negativa de 3,9% face ao ano anterior mas mais fraca do que a verificada entre 2011 e 2012 (-4,6%). Para a diminuição face a 2012 contribuiu, essencialmente, o decréscimo dos fluxos provenientes dos países do leste europeu, em especial da República da Moldóvia (-13,3%) e da Ucrânia (-6,8%). Do conjunto dos países da UE, a Roménia com 8,6 % da população estrangeira com estatuto legal em Portugal, assumia, em 2013 a posição mais importante, seguida de longe pelo Reino Unido (4,1%), Espanha (2,4%) e Alemanha (2,2%) embora estes três últimos países detenham um lugar muito menos relevante do que em 2001. Os nacionais do Brasil assumiram em 2010 o valor mais expressivo (26,9%) que desde então tem vindo a baixar para se fixar em 22,9% em 2013. da população estrangeira com residência legalizada em Portugal e são responsáveis pela maioria dos residentes estrangeiros provenientes da América Central e do Sul. A Ásia ganha relevo no conjunto da população estrangeira legalizada ao longo de todo o período em análise atinge os 9,5% em 2013, contribuindo, essencialmente, os nacionais da China (4,6% em 2013) para o acréscimo observado.

Do total da população estrangeira com residência legalizada em Portugal, em 2013, 48,8% eram indivíduos do sexo masculino e 51,2% do sexo feminino contra 49,5% e 50,5% no ano anterior e 56,2% e 43,8% em 2001 continuando o atenuar da sobre representatividade masculina.

O facto de a relação de feminilidade ter vindo a subir ao longo do período de análise indicia ou o intensificar da entrada de mulheres na situação de imigrantes ou por motivo de reagrupamento familiar.

A nacionalidade brasileira em 2013 (22,9%) era a mais representativa no total da população estrangeira com estatuto legal a residir em Portugal. Apesar de desde 2009 perder importância relativa, seguida da cabo-verdiana (10,6%) e da ucraniana (10,3%). De notar que é em 2012 que a população ucraniana perde a segunda posição no total da população estrangeira e que tinha adquirido em 2008 em troca com os nacionais de Cabo Verde.

A repartição por sexo da população estrangeira difere da população nacional na qual as mulheres são supranumerárias, como resultado da sua maior longevidade. Ao contrário, os homens predominam na população de nacionalidade estrangeira fruto provável da sua maior representatividade no processo migratório, sobretudo entre as populações não comunitárias. De facto, no início, as migrações por natureza económicas são sobretudo masculinas. Em fase posterior, ocorre o reagrupamento familiar e os fluxos migratórios tendem para um maior equilíbrio na repartição por sexos. No entanto, a relação de feminilidade da população estrangeira residente em Portugal aumentou continuamente no período analisado passando de 78 em 2001 para 105 mulheres por cada 100 homens, em 2013. As mulheres tornaram-se supranumerárias em 2012, precisamente quando a população estrangeira com estatuto legal a residir no país registou o decréscimo mais forte.

As migrações afetam o volume e a estrutura por sexo e por idades de uma população, quer de um modo direto, pela repercussão nos efetivos da população de origem e na de acolhimento, quer de um modo indireto, pela transferência de nascimentos que podem ter associadas.

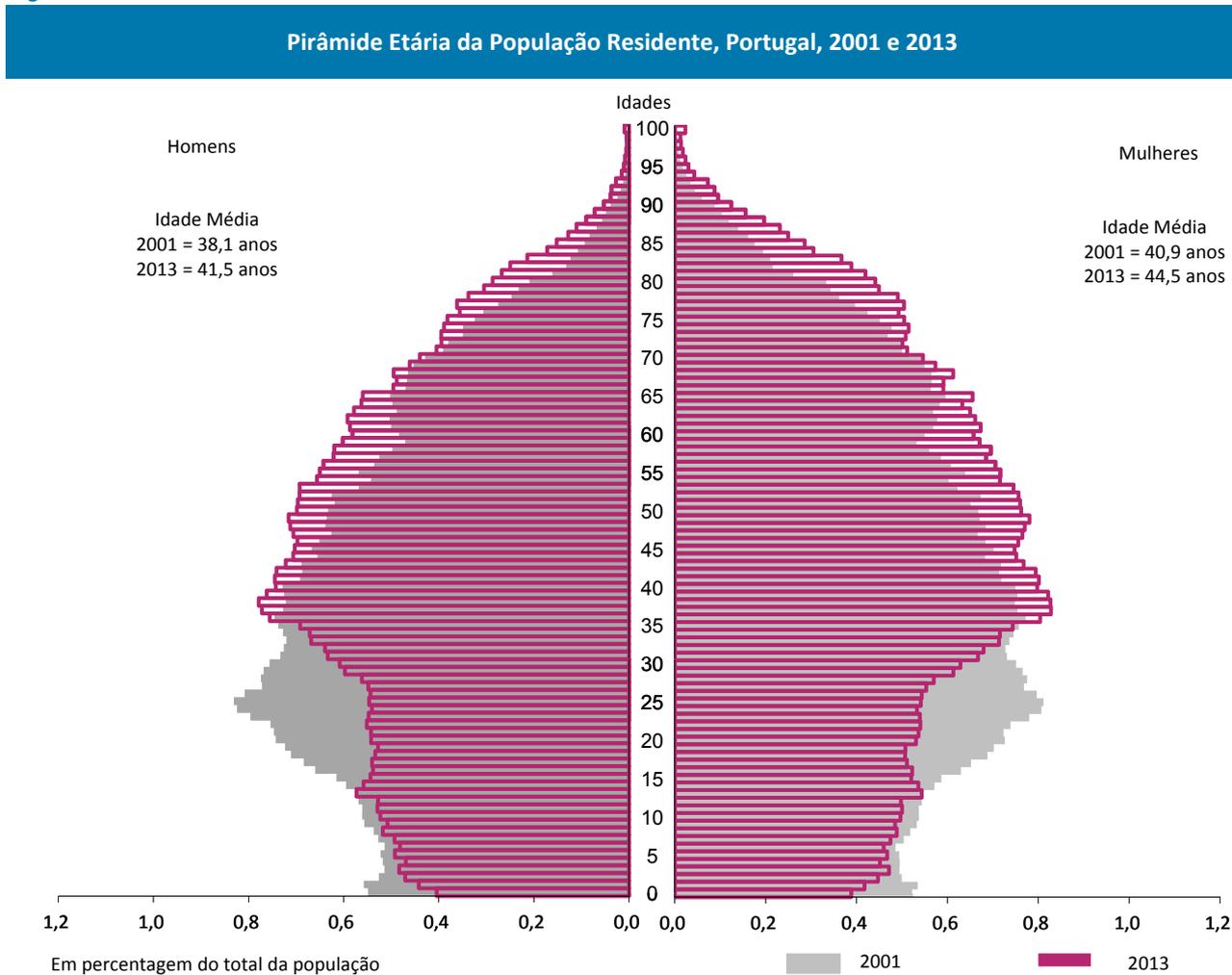
As migrações são no presente o principal fator a influenciar a variação da população devido aos saldos naturais negativos alcançados. A quantificação do fenómeno torna-se, assim, cada vez mais exigente. No que se refere à emigração, os problemas em quantificar os fluxos agravaram-se em 1988 quando foi extinto o *Passaporte de Emigrante*²⁷ e com a adesão à União Europeia, devido à livre circulação de pessoas nas fronteiras e com o acordo de Shengen celebrado em 1999.

²⁷ Decreto-lei 438/88.

7. Estruturas etárias e Envelhecimento

As pirâmides etárias de Portugal evidenciam a forte queda de fecundidade e o significativo aumento da esperança de vida.

Figura 13

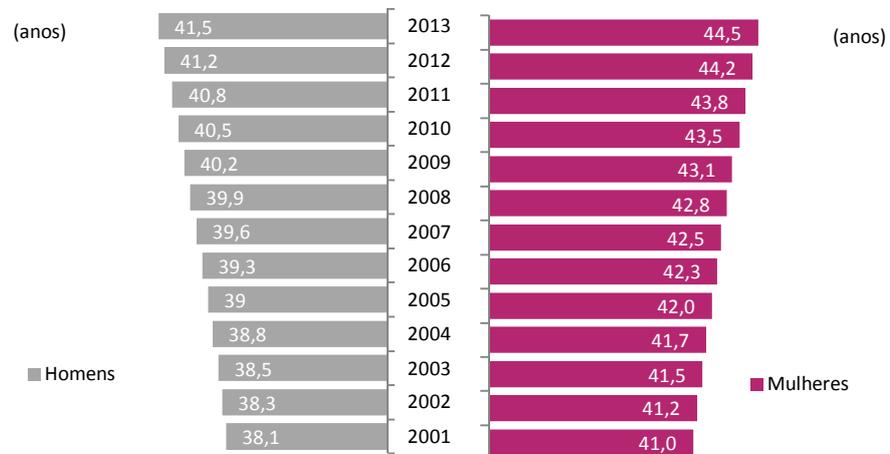


Fonte: INE, I.P. Recenseamento Geral da População e Habitação 2001 e Estimativas provisórias da População Residente 2013 (elaboração das autoras)

Os ganhos alcançados em termos de esperança de vida induziram o aumento da idade média da população em cerca de 3,5 anos de 2001 para 2013. O acréscimo foi ligeiramente inferior para os homens (3,4 anos) e a idade média passou de 38,1 anos para 41,5 anos e de 41,0 anos para 44,5 anos nas mulheres no período em análise. 42,6 anos nas mulheres. A diferença das idades médias entre homens e mulheres manteve-se igual a 3 anos. O cálculo da idade mediana permite eliminar os efeitos das idades extremas e estima-se, em 2013, em 40 anos para os homens e 43 anos para as mulheres, não sofrendo alteração face ao ano anterior, mas aumentando cinco anos, em qualquer dos sexos, comparativamente a 2001.

Figura 14

Idade média da população residente, por sexo, Portugal, 2001-2013



Fonte: INE, I.P. Estimativas anuais da População Residente (cálculos das autoras)

Os desequilíbrios entre os efetivos masculinos e femininos nas idades avançadas, consequência da desigualdade perante a morte, anteriormente analisada, estão bem marcados no desenho da pirâmide.

O aumento conjuntural da natalidade verificado após 1995, é visível nas gerações mais recentes mas revela-se insuficiente para compensar o declínio da percentagem de jovens na população. Na realidade, os efeitos da queda da fecundidade são bastante duradouros e difíceis de recuperar e estão bem visíveis na redução da população jovem, que em 2001 tinha um peso relativo de 16,2 % na população total e em 2013 apenas 14,6%.

Em oposição, a população em idade ativa dos 15-64 anos, regista uma tendência em baixa no período em análise, representando 65,6% do total da população, em 2013, menos 0,2 p.p. do que ano anterior e menos 1,7 p.p. face a 2001. Dentro da população em idade ativa ou adulta, ressaltam duas dinâmicas de evolução opostas, com a população mais nova a baixar e a população mais velha a aumentar. De facto, a população em idade ativa mais jovem (15-24 anos) recuou para 10,7% em 2013 (13,8% em 2001) enquanto a população com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos cresceu para 55,4% em 2009 (53,54% em 2001) ano a partir do qual a tendência se inverteu e os efetivos populacionais desta faixa etária começaram a regredir gradualmente e a importância relativa situou-se em 54,9%, refletindo os efeitos de saldos migratórios negativos nestas idades. Uma outra decomposição da população em idade ativa, mais restrita, que considera a faixa dos 25-64 anos, mostra idêntica tendência: a população dos 25-44 anos desce continuamente de 27,6 % em 2013 (de 29,8 % em 2001). Ao contrário, a população dos 45-64 anos, ou seja a população em idade ativa mais velha, aumenta interruptamente de 23,7% para 27,3% no mesmo espaço de tempo. Este comportamento prova o envelhecimento da população em idade ativa.

A população idosa, definida como o número de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, representava em 2001, cerca de 16,5 % no total da população, reforçou essa posição aumentando continuamente até atingir os 19,9% em 2013, proporção que corresponde a 2 069,8 milhares de pessoas idosas repartidas por 857,6 milhares de homens e 1 212,2 milhares de mulheres. Estima-se que desde 31 de dezembro de 2011 o número de pessoas idosas residentes em Portugal ultrapasse os 2 milhões. Esta evolução tornou Portugal o quarto país com maior proporção de pessoas idosas no seio da EU28 cuja média foi estimada em 18,2% para

1 de janeiro de 2013²⁸. A Itália (20,7%), a Alemanha (20,7%) e a Grécia (20,1%) eram os países com maior peso de pessoas idosas e a Irlanda o país com menor peso de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos (12,2%).

O envelhecimento está bem visível na evolução da importância relativa da população com 75 ou mais anos no total da população que subiu 7,0 % em 2001 para 9,7% em 2013. A tendência é mais acentuada entre as mulheres (8,6 % em 2001 e 11,5 % em 2013). A população desta faixa etária representa quase metade da população idosa (49,0% em 2013, valor que sobe para 51,8% nas mulheres).

A proporção dos mais idosos (80 ou mais anos) na população idosa, em 2013, eleva-se a 27,9 % sendo 23,8% nos homens e 30,8% nas mulheres, diferença que ressalta o fenómeno da sobremortalidade masculina, contra 18,1% e 24,1%, respetivamente para homens e mulheres, em 2001.

A estrutura etária da população portuguesa resulta das diferentes evoluções dos movimentos natural e migratório ao longo do período em observação, traduzida em uma nova distribuição dos grupos etários, com um número de pessoas idosas superior ao número de jovens, espelhada nos indicadores demográficos normalmente apresentados para medir o envelhecimento. Em 2001, por cada 100 jovens com menos de quinze anos havia cerca de 103 idosos, elevando-se o rácio, em 2013, para 136 enquanto no caso das mulheres, o indicador passou no mesmo período de 136 para 163 idosas por cada 100 jovens.

²⁸ Eurostat-Population on 1 January: Structure indicators [demo_pjanind]. Last update 13.08.14

Quadro 12

Estrutura por idades da população residente (%) e índices resumo, Portugal, 2001 e 2005-2013										
Indicadores	2001	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
População com 0 - 14 anos	16,2	15,9	15,7	15,6	15,4	15,3	15,1	14,9	14,8	14,6
Homens	17,2	17,0	16,8	16,6	16,5	16,4	16,2	16,0	15,9	15,7
Mulheres	15,2	14,9	14,7	14,6	14,5	14,3	14,1	13,9	13,8	13,6
População com 15 - 64 anos	67,3	66,8	66,7	66,7	66,6	66,4	66,2	66,0	65,8	65,6
Homens	68,5	68,0	68,0	68,0	67,9	67,8	67,7	67,5	67,3	67,0
Mulheres	66,1	65,6	65,5	65,5	65,3	65,2	64,9	64,7	64,5	64,3
População com 65 e mais anos	16,6	17,4	17,5	17,7	18,0	18,3	18,7	19,0	19,4	19,9
Homens	14,3	15,0	15,1	15,3	15,5	15,8	16,2	16,5	16,8	17,3
Mulheres	18,7	19,6	19,8	20,0	20,2	20,5	21,0	21,4	21,7	22,2
População com 75 e mais anos	7,0	7,7	7,9	8,2	8,4	8,6	9,0	9,3	9,5	9,7
Homens	5,5	6,0	6,2	6,4	6,6	6,8	7,1	7,4	7,6	7,8
Mulheres	8,4	9,2	9,5	9,7	10,0	10,3	10,7	11,0	11,2	11,5
População com 80 e mais anos	3,6	4,0	4,2	4,3	4,5	4,6	4,9	5,1	5,3	5,5
Homens	2,6	3,0	3,1	3,2	3,3	3,4	3,6	3,8	4,0	4,1
Mulheres	4,5	5,1	5,3	5,4	5,6	5,8	6,1	6,4	6,6	6,8
Índice de dependência total	48,6	49,8	49,9	49,9	50,2	50,5	51,0	51,4	51,9	52,5
Homens	46,0	47,0	47,0	47,0	47,2	47,4	47,8	48,2	48,6	49,3
Mulheres	51,2	52,5	52,7	52,8	53,1	53,5	54,1	54,5	55,0	55,6
Índice de dependência jovens	24,0	23,8	23,6	23,4	23,2	23,0	22,8	22,6	22,5	22,3
Homens	25,1	24,9	24,7	24,5	24,3	24,1	23,9	23,7	23,6	23,5
Mulheres	22,9	22,7	22,5	22,3	22,1	22,0	21,7	21,5	21,4	21,1
Índice de dependência idosos	24,6	26,0	26,3	26,6	27,0	27,5	28,2	28,8	29,4	30,3
Homens	20,9	22,0	22,3	22,5	22,9	23,3	23,9	24,5	25,0	25,8
Mulheres	28,3	29,8	30,2	30,5	30,9	31,5	32,3	33,0	33,6	34,5
Índice de envelhecimento	102,6	109,3	111,5	113,8	116,4	119,3	123,9	127,6	131,1	136,0
Homens	83,0	88,4	90,1	91,9	94,1	96,6	100,1	103,2	106,0	110,1
Mulheres	123,2	131,4	134,1	136,8	139,8	143,1	148,8	153,2	157,5	163,2
Índice de longevidade	42,2	44,1	45,1	46	46,7	47,2	47,9	48,6	48,9	49
Homens	38,3	40,1	41,2	42,1	42,7	43,2	43,9	44,6	44,9	45,0
Mulheres	44,9	47	47,9	48,8	49,5	50	50,8	51,4	51,7	51,8
Idade média da população	39,6	40,6	40,8	41,1	41,4	41,7	42,1	42,4	42,7	43,1
Homens	38,1	39,0	39,3	39,6	39,9	40,2	40,5	40,8	41,2	41,5
Mulheres	41,0	42,0	42,3	42,5	42,8	43,1	43,5	43,8	44,2	44,5

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Anuais da População Residente (cálculos das autoras)

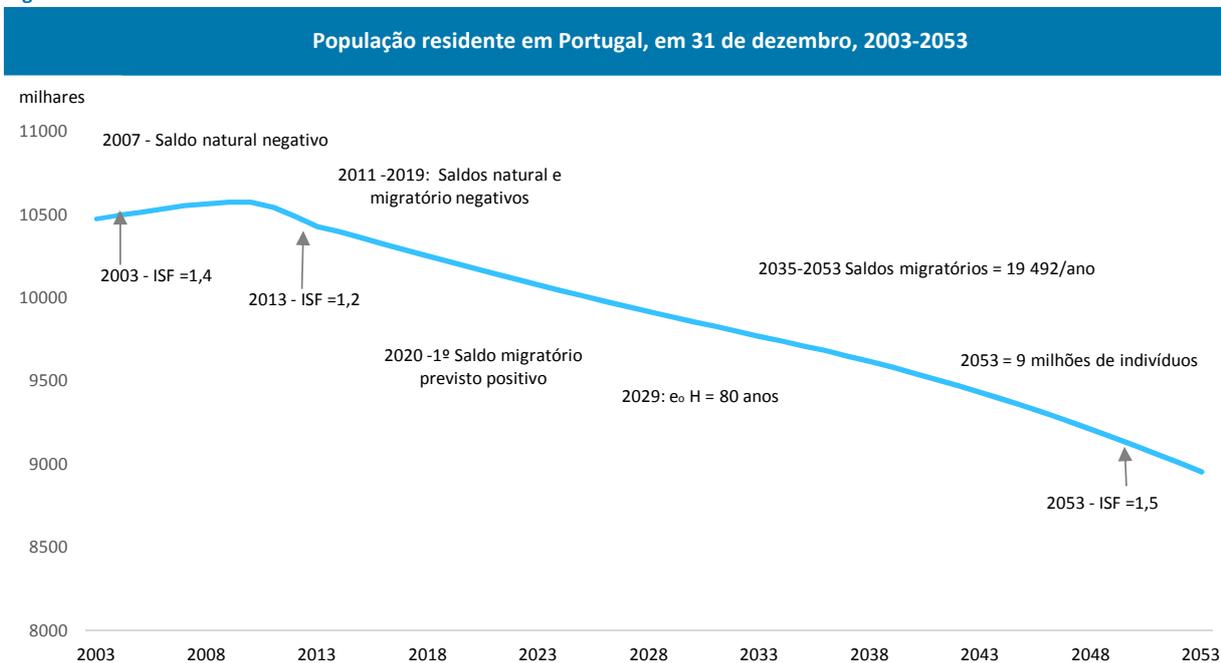
A proporção entre a população em idade ativa (15-64 anos) e a população dependente (com menos de quinze anos e com 65 ou mais anos) está expressa no índice de dependência total que subiu de 49 dependentes em 2001 para 53 em 2013. Este indicador contém duas evoluções opostas; uma descendente, a do índice de dependência de jovens que passou de 24 jovens a cargo para 22 e reflete a baixa da fecundidade, e outra ascendente que se traduz num aumento do índice de dependência de idosos de 25 para 30, em idêntico período, resultante do aumento da esperança de vida.

As projeções de população residente recentemente calculadas pelo INE.I.P. assentes nas estimativas provisórias da população em 31 de dezembro de 2012, nos resultados definitivos dos Censos 2011 e nas tendências das variáveis demográficas apontam para um decréscimo da população residente, qualquer que seja o cenário escolhido²⁹.

²⁹ INE, I.P. (2014) DESTAQUE, Informação à Comunicação Social: "Projeções de População Residente – Portugal - 2012 – 2060", Lisboa.

Na presente análise consideram-se os resultados alcançados para Portugal no *cenário central* que conjuga subidas graduais dos níveis atuais de fecundidade (Índice sintético de fecundidade a situar-se em 1,55 crianças por mulher em 2060) e de esperança de vida (à nascença igual a 84,21 anos para homens e a 89,88 anos para mulheres em 2060) com saldos migratórios negativos com tendência para se reduzirem, tornando-se positivos em 2020 e constantes e iguais a 19,5 mil indivíduos a partir de 2035 e até ao final do horizonte de projeção.

Figura 15



Fonte: INE, I.P. Estimativas Anuais da População Residente (2003-2012) e Projeções de População Residente 2013-2053 cenário central (elaboração das autoras)

O cenário central das projeções prevê que a população residente em Portugal em 31 de dezembro de 2053 diminua para 8,9 milhões de indivíduos, face à população de partida que se fixava nos 10,5 milhões ou seja uma perda de 1,3 milhões de indivíduos.

Esta evolução, inversa à deduzida das anteriores projeções, resulta essencialmente dos níveis migratórios serem negativos até 2019 e tornarem-se gradualmente positivos a partir de 2020 e mantendo-se fracos até 2035, ano a partir do qual a hipótese estabelecida fixa saldos migratórios positivos constantes e iguais a 19,5 milhões, quantitativos muito longe dos 36,0 indivíduos previstos nas projeções anteriores para o período compreendido entre 2018 e 2048.

Por outro lado, o agravar recente das tendências em baixa da fecundidade alteraram os pressupostos dos níveis projetados, com efeitos a longo prazo. Assim, as hipóteses escolhidas no referido cenário assentam no crescimento gradual do índice sintético de fecundidade de 1,22 em 2013 para 1,30 em 2025, para 1,40 em 2038, para 1,50 crianças por mulher em 2052 e 2053. No cenário de fecundidade alta, o índice de fecundidade previsto será de 1,80 crianças por mulher, inferior ao previsto nas projeções anteriores e que atingia 1,96 crianças por mulher.

No campo da mortalidade e de acordo com a hipótese adotada a esperança média de vida à nascença cresce entre o momento de partida e 2053 de 77,3 anos para 83,47 anos nos homens e de 83,4 anos para 89,1 anos nas mulheres ou seja, mais 6,1 anos para os homens e 5,7 anos para as mulheres. Em 2029, a esperança de vida dos homens será de 80 anos. No cenário otimista o indicador sobe, em 2053, para 85,6 anos homens enquanto as mulheres ultrapassam os 90 anos e atingem os 91,4 anos, estreitando-se a diferença na esperança média de vida à nascença entre homens e mulheres (5,8 anos).

A revisão das hipóteses adotadas no cálculo das projeções de população, com base nas tendências recentes no campo da fecundidade e, em particular, das migrações, acelerou o declínio da população e modificou a estrutura da mesma. A proporção de população jovem reduzir-se-á a 13,3% e a população idosa aumentará para 31,3% agravando-se assim o processo de envelhecimento da população portuguesa bem expresso no índice de envelhecimento que subirá de 136 em 2013 para 308 idosos por 100 jovens em 2053.

Mesmo no cenário otimista que alia níveis mais elevados de fecundidade e mortalidade com quantitativos migratórios tendencialmente crescentes, embora fracos, a população situar-se-á em 9,5 milhões de indivíduos em 2053 e o índice de envelhecimento fixar-se-á em 296 idosos por cada 100 jovens.

Esta evolução demonstra bem os efeitos no longo prazo da fecundidade e como a imigração pode atenuar o envelhecimento da população de acolhimento.

Conclusões

A dinâmica do crescimento da população residente em Portugal, no período de 2001-2013, caracteriza-se pela redução tanto do saldo natural, como do saldo migratório que se tornaram negativos. O progressivo agravamento do envelhecimento demográfico tanto pela base como pelo topo da pirâmide de idades, resultante da diminuição da proporção da população jovem (com menos de 15 anos) e do aumento da proporção da população idosa (65 ou mais anos), respetivamente, é o outro aspeto que marca a dinâmica populacional do período.

Portugal é um país com muito baixa fecundidade (*lowest low fertility*) que não assegura o nível de substituição de gerações (2,1 crianças por mulher) há mais de trinta anos e não se prevê que recupere nos próximos quarenta anos.

A diminuição da fecundidade ocorreu mais tarde do que em alguns países europeus, mas com um ritmo rápido e o país detém, atualmente, o nível mais fraco no conjunto da UE28. Os filhos dos imigrantes perderam importância no número anual de nascimentos com vida como consequência do decréscimo da população estrangeira originado pela crise económica que atingiu o país. As mães residentes em Portugal, com nacionalidade brasileira, continuam a ocupar o primeiro lugar na hierarquização dos nados vivos de mães estrangeiras. No que se refere ao padrão da fecundidade, a maternidade depois dos trinta anos é a mais frequente e a das adolescentes mantém-se elevada, apesar de se ter reduzido substancialmente.

A queda de fecundidade repercute-se no número de nascimentos com vida e consequentemente nos efetivos populacionais jovens com menos de quinze anos, recuando a parte que representam na população total. Os efeitos da baixa de fecundidade na dimensão e estrutura da população são de longo prazo.

A longevidade aumenta e os respetivos efeitos na composição etária da população agravam o processo do envelhecimento demográfico, com as pessoas idosas, com idade igual ou superior a 65 anos, a ganharem continuamente importância relativa. A esperança de vida à nascença conhece acréscimos significativos, sobretudo entre os homens, estreitando a diferença da vida média entre homens e mulheres. A população idosa também envelhece e as pessoas com 75 ou mais anos correspondem praticamente a metade da população idosa, proporção que é mesmo ultrapassada no caso das mulheres.

A população em idade ativa (15-65 anos) diminuiu sendo a baixa devida exclusivamente à faixa etária dos 15-24 anos dado que a dos 25-64 anos aumentou.

A significativa redução do número de casamentos, o forte acréscimo dos nascimentos fora do casamento, o reforço da situação de não coabitação dos pais apesar da situação de coabitação dos pais permanecer maioritária, bem como o acréscimo do número de divórcios e da idade média ao casamento comprovam os novos modelos de família.

O declínio da mortalidade infantil e adulta, a maior autonomia da mulher, a dificuldade em conciliar vida familiar e profissional e a maior acessibilidade a métodos contraceptivos seguros, são fatores que pesam na decisão de ter filhos e no seu espaçamento. O ingresso tardio dos jovens no mercado de trabalho, devido à maior escolarização, a que recentemente se juntou o aumento do desemprego neste grupo populacional, com a conseqüente dependência das gerações mais novas às mais idosas são fatores igualmente decisivos sobre o número de filhos a ter. A criação do sistema de segurança social conferiu maior independência às pessoas idosas e os esquemas de pensões de reforma separaram a função de procriar da de sustentar os pais na velhice.

As taxas de mortalidade por doenças cerebrovasculares, as que mais contribuem para doenças circulatórias, primeira causa de morte em Portugal, diminuíram sendo a baixa mais expressiva nas mulheres ainda que continuem a deter valores superiores aos dos homens. O declínio da taxa foi mais significativo na idade dos 65-74 anos, quer para homens quer para mulheres.

As taxas de mortalidade por tumores malignos, segunda causa de morte, aumentaram no período de 2002-2012, incidem mais nos homens e centram-se no grupo etário dos 55-64 anos.

As doenças cérebro vasculares, à semelhança das doenças isquémicas, pneumonia, doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas e as doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos estão particularmente associadas ao envelhecimento.

Portugal, país de emigrantes por tradição, mesmo durante os anos de maior intensidade de fluxos imigratórios continuou a ser um país de emigrantes, situação que se intensificou nos últimos anos a par do recuo do fluxo de chegada de estrangeiros. Os países de destino dos emigrantes diversificaram-se.

A mudança de sentido no saldo migratório, ocorrida ao longo do horizonte temporal 2001-2013, foi provocada pelo efeito conjugado do abrandamento dos fluxos de entrada no país e do incremento dos fluxos de saída, ambos explicados pela crise económica que afeta o país.

O sentido que os fluxos migratórios assumirem no futuro determina o maior ou menor grau de envelhecimento demográfico, pois a manutenção da fecundidade a níveis inferiores ao da substituição das gerações parece irreversível. A fixação de população com nacionalidade estrangeira representa um papel relevante no desenho da pirâmide de idades do país e na repartição por sexo. Como a estrutura etária dos imigrantes é geralmente mais jovem do que a da população de acolhimento, concentrando-se sobretudo nas idades ativas, a entrada de imigrantes pode atenuar o envelhecimento. Contudo, é conhecido, que o efeito sobre a composição de idades da população é mais modesto do que a baixa da fecundidade, pois os imigrantes tendem a adotar os padrões de fecundidade e mortalidade das sociedades de acolhimento, e eles próprios envelhecem. O impacto da fecundidade dos imigrantes na população depende do volume e da estrutura de idades.

As projeções disponíveis no INE apontam para a diminuição da população, da alteração das estruturas etárias e conseqüentemente da progressão do fenómeno do envelhecimento, mesmo na hipótese de os níveis de fecundidade aumentarem, mas sem renovarem as gerações, e de os saldos migratórios retornarem a positivos. O envelhecimento demográfico é, assim, como um fenómeno irreversível.

O envelhecimento demográfico permanece como o grande desafio e uma enorme oportunidade para sociedade portuguesa promover a solidariedade entre gerações e garantir uma sociedade inclusiva para jovens, adultos e pessoas idosas.

Referências Bibliográficas

CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2010) “A Situação Demográfica Recente em Portugal ”, Revista Estudos Demográficos n.º 48, pp 101-145, INE, I.P. Lisboa.

CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2009) “A Situação Demográfica Recente em Portugal ”, Revista Estudos Demográficos n.º 46, pp 59-108, INE, Lisboa.

CARRILHO, Maria José (2002) “Os Imigrantes no Processo de Envelhecimento em Portugal” A Europa, o Desafio Demográfico e o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, atas do Debate no Centro Cultural de Belém, Parlamento Europeu, Lisboa.

CARRILHO, Maria José (1993) “O Processo de Envelhecimento em Portugal: Que Perspectivas...?”, Revista Estudos Demográficos nº 31, INE, Lisboa.

CHESNAIS, Jean-Claude (s.d.), *La Démographie*, Que sais-je ? , Presses Universitaires de France, Paris.

Eurostat (2013) - *Statistics in Focus, Population and Social Conditions, 13/2013*, Luxembourg Towards a ‘baby recession’ in Europe? Differential fertility trends during the economic crisis Author: Giampaolo LANZIER

KOHLER, Hans-Peter, BILLARI, Francesco C. Billari and ORTEGA, José A. (2002) “The emergence of lowest-low fertility in Europe during the 1990s”. *Population and Development Review*, 28 (4): 641– 681.

INE, I.P. (2014), *Estatísticas Demográficas 2013*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

INE,I.P. (2014), DESTAQUE, Informação à comunicação Social *Projeções de População Residente - 2012 – 2060*, Lisboa, 28 de março de 2014.

INE, I.P. (2013) CENSOS 2011 — XV Recenseamento Geral da População e V Recenseamento Geral da População e V Recenseamento Geral da Habitação- Preparação, Metodologia e Conceitos, Lisboa.

INE,I.P. (2012) DESTAQUE, Informação à comunicação Social “*A População Estrangeira em Portugal 2011*”, Lisboa, 17 dezembro 2012.

INE, I.P. (2012) CENSOS 2011 — XV Recenseamento Geral da População e V Recenseamento Geral da População e V Recenseamento Geral da Habitação- Resultados definitivos Portugal, Lisboa.

INE, I.P. (2007) “Tábuas completas de mortalidade para Portugal: metodologia 2007”, Lisboa.

INE, I.P. (2002) CENSOS 2001 — XIV Recenseamento Geral da População e V Recenseamento Geral da População e IV Recenseamento Geral da Habitação- Resultados definitivos Portugal, Lisboa.

GABINETE dos CENSOS (2014) “Caracterização da população estrangeira a residir em Portugal, com base nos Censos 2011” Revista de Estudos Demográficos nº53 pp. 35-76, INE,I.P. Lisboa.

LANZIERI, Giampaolo (2013) *Long-term contribution of migration in ageing populations: Japan compared with Europe*, Statistical working papers, Eurostat, Luxembourg, 2013.

MOREIRA, Humberto (2006) “Emigração Portuguesa (Estatísticas retrospectivas e reflexões temáticas) ”, Revista de Estudos Demográficos nº 38 pp 47-65; INE,I.P. Lisboa.

NAZARETH, J. Manuel (2009), *Crescer e Envelhecer - Constrangimentos do envelhecimento Demográfico*, Editorial Presença, Lisboa.

NAZARETH, J. Manuel (1996), *Introdução à Demografia – Teoria e Prática*, Editorial Presença, Lisboa.

PRESSAT, Roland (1972), *Démographie Statistique*, Presses Universitaires de France, Paris.

VALENTE ROSA, Maria João e CHITAS, Paulo (2010) « Portugal: Os Números», Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa.

SAUVY, Alfred (1984), *La Population*, Que sais-je ? , 14ª edição, Presses Universitaires de France, Paris.

Evolução da Situação Demográfica em Portugal, 2001- 2013

Indicadores	Anos												
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
População Residente Média (milhares)	10 362,7	10 419,6	10 458,8	10 483,9	10 503,3	10 522,3	10 543,0	10 558,2	10 568,2	10 573,1	10 557,6	10 514,8	10 457,3
População Residente em 31.XII (milhares)	10 394,7	10 444,6	10 473,1	10 494,7	10 512,0	10 532,6	10 553,3	10 563,0	10 573,5	10 572,7	10 542,4	10 487,3	10 427,3
Homens	5 019,4	5 037,3	5 047,3	5 053,7	5 058,8	5 064,4	5 069,7	5 066,2	5 063,7	5 053,5	5 030,4	4 995,7	4 958,0
Mulheres	5 375,3	5 407,3	5 425,7	5 441,0	5 453,2	5 468,2	5 483,6	5 496,8	5 509,7	5 519,2	5 512,0	5 491,6	5 469,3
Relação de Masculinidade (%)	93,4	93,2	93	92,9	92,8	92,6	92,5	92,2	91,9	91,6	91,3	91	90,7
Saldo Natural	7 682	8 125	3 720	7 286	1 935	3 459	-1 020	314	-4 943	-4 573	-5 992	-17 757	-23 756
Saldo Migratório	56 213	41 798	24 738	14 336	15 381	17 141	21 771	9 361	15 408	3 815	-24 331	-37 352	-36 232
Variação Populacional	63 895	49 923	28 458	21 622	17 316	20 600	20 751	9 675	10 465	-758	-30 323	-55 109	-59 988
Taxa de Crescimento Natural (%)	0,07	0,08	0,04	0,07	0,02	0,03	-0,01	0	-0,05	-0,04	-0,06	-0,17	-0,23
Taxa de Crescimento Migratório (%)	0,54	0,4	0,24	0,14	0,15	0,16	0,21	0,09	0,15	0,04	-0,23	-0,36	-0,35
Taxa de Crescimento Efectivo (%)	0,62	0,48	0,27	0,21	0,16	0,2	0,2	0,09	0,10	-0,01	-0,29	-0,52	-0,57

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Anuais de População Residente

Notas:

2011-2013: Estimativas Provisórias de População Residente - valores revistos: as estimativas pós-censitárias de população residente de 2011 - exercício ad hoc assente nos resultados provisórios dos Censos 2011 - foram revistos, em função dos resultados definitivos dos Censos 2011.

2001 - 2010: Estimativas Definitivas de População Residente - valores revistos: as estimativas provisórias de população residente de 2001 a 2010 foram revistas - revisão regular geral -, em função dos resultados definitivos dos Censos 2011.

Anexo 2

Indicadores sobre a Natalidade e Fecundidade, Portugal, 2001- 2013

Indicadores	Anos												
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Nados vivos	112 774	114 383	112 515	109 298	109 399	105 449	102 492	104 594	99 491	101 381	96 856	89 841	82 787
<i>Homens</i>	58 365	59 303	58 210	56 212	56 612	54 057	52 683	53 976	50 873	51 535	49 688	46 161	42 219
<i>Mulheres</i>	54 409	55 080	54 305	53 086	52 787	51 392	49 809	50 618	48 618	49 846	47 167	43 680	40 567
Relação de masculinidade à nascença (%)	107,3	107,7	107,2	105,9	107,2	105,2	105,8	106,6	104,6	103,4	105,3	105,7	104,1
Nados vivos fora do casamento	26 814	29 117	30 236	31 766	33 633	33 331	34 443	37 854	37 928	41 844	41 489	40 950	39 434
Nados Vivos fora do casamento (%)	23,8	25,5	26,9	29,1	30,7	31,6	33,6	36,2	38,1	41,3	42,8	45,6	47,6
Nados Vivos fora do casamento com coabitação	20 062	23 308	24 219	25 408	27 093	26 679	27 685	30 521	30 088	32 471	30 913	29 441	27 289
Nados Vivos fora do casamento com coabitação (%)	74,8	80,0	80,1	80,0	80,6	80,0	80,4	80,6	79,3	77,6	74,5	71,9	69,2
Nados Vivos fora do casamento sem coabitação	6 752	5 809	6 017	6 358	6 540	6 652	6 758	7 333	7 840	9 373	10 576	11 509	12 145
Nados Vivos fora do casamento sem coabitação (%)	25,2	20,0	19,9	20,0	19,4	20,0	19,6	19,4	20,7	22,4	25,5	28,1	30,8
Taxa Bruta de Natalidade (‰)	10,9	11,0	10,8	10,4	10,4	10,0	9,7	9,9	9,4	9,6	9,2	8,5	7,9
Índice Sintético de Fecundidade (nº médio de crianças por mulher)	1,45	1,47	1,44	1,41	1,42	1,38	1,35	1,40	1,35	1,39	1,35	1,28	1,21
Idade média da mulher ao nascimento do 1º filho (anos)	26,8	27,0	27,4	27,5	27,8	28,1	28,2	28,4	28,6	28,9	29,2	29,5	29,7
Idade média ao nascimento de um filho (anos)	28,8	29,0	29,2	29,4	29,6	29,9	30,0	30,2	30,3	30,6	30,9	31,0	31,2
Taxa de Reprodução Bruta	-	-	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6
Taxa de Reprodução Líquida	-	-	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Anuais de População Residente

Notas:

2011-2013: Estimativas Provisórias de População Residente - valores revistos: as estimativas pós-censitárias de população residente de 2011 - exercício ad hoc assente nos resultados provisórios dos Censos 2011 - foram revistos, em função dos resultados definitivos dos Censos 2011.

2001 - 2010: Estimativas Definitivas de População Residente - valores revistos: as estimativas provisórias de população residente de 2001 a 2010 foram revistas - revisão regular geral -, em função dos resultados definitivos dos Censos 2011.

Indicadores sobre a Conjugalidade e Divorcialidade, Portugal, 2001 - 2013

Indicadores	Anos												
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Casamentos	58 390	56 457	53 735	49 178	48 671	47 857	46 329	43 228	40 391	39 993	36 035	34 423	31 998
Taxa Bruta de Nupcialidade (‰)	5,6	5,4	5,1	4,7	4,6	4,5	4,4	4,1	3,8	3,8	3,4	3,3	3,1
Idade média ao 1º casamento (anos)													
Homens	27,8	28,0	28,4	28,6	28,9	29,1	29,4	29,7	30,2	30,8	31,1	31,4	31,7
Mulheres	26,1	26,4	26,8	27,0	27,3	27,5	27,8	28,1	28,6	29,2	29,5	29,9	30,2
Idade média ao casamento (anos)													
Homens	29,8	30,0	30,5	30,9	31,3	31,7	32,2	32,6	33,4	34,1	34,6	34,7	35,2
Mulheres	27,4	27,6	28,2	28,5	28,9	29,2	29,7	30,1	30,8	31,5	31,9	32,3	32,7
Indicador conjuntural dos 1ºs casamentos													
Homens	0,65	0,64	0,63	0,53	0,52	0,51	0,49	0,44	0,42	0,45	0,41	0,40	0,38
Mulheres	0,69	0,67	0,67	0,57	0,56	0,55	0,53	0,49	0,47	0,47	0,43	0,42	0,39
Divórcios	18 851	27 708	22 617	23 161	22 576	22 881	25 120	26 110	26 176	27 556	26 751	25 380	22 525
Taxa Bruta de Divorcialidade (‰)	1,8	2,7	2,2	2,2	2,1	2,2	2,4	2,5	2,5	2,6	2,5	2,4	2,2
Idade média ao Divórcio (anos)													
Homens	40,8	40,3	40,5	40,7	41,0	41,4	41,5	42,0	42,4	42,7	43,5	44,0	44,5
Mulheres	38,2	37,8	38,0	38,2	38,6	39,1	39,2	39,6	40,1	40,4	41,2	41,7	42,2
Divórcios/Casamento (%)	32,3	49,1	42,1	47,1	46,4	47,8	54,2	60,4	64,8	69,4	74,9	74,4	71,1
Taxa Bruta de Viuvez (‰)													
Homens	2,7	2,6	2,7	2,6	2,7	2,5	2,6	2,7	2,7	2,7	2,7	2,7	2,6
Mulheres	6,1	6,1	6,2	5,9	6,1	5,9	6,0	6,0	6,0	6,0	5,8	5,9	5,9

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Anuais de População Residente

Notas:

2011-2013: Estimativas Provisórias de População Residente - valores revistos: as estimativas pós-censitárias de população residente de 2011 - exercício ad hoc assente nos resultados provisórios dos Censos 2011 - foram revistos, em função dos resultados definitivos dos Censos 2011.

2001 - 2010: Estimativas Definitivas de População Residente - valores revistos: as estimativas provisórias de população residente de 2001 a 2010 foram revistas - revisão regular geral -, em função dos resultados definitivos dos Censos 2011.

(2) Com a Lei nº 9/2010 de 31 de Maio, passou a ser permitido o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. A partir de 2010 os valores incluem casamentos celebrados entre pessoas do mesmo sexo.

3) Com a Lei nº 9/2010 de 31 de maio, passou a ser permitido o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. A partir de 2011 os valores incluem os casamentos dissolvidos entre pessoas do mesmo sexo.

└ Quebra de série

Anexo 4

Indicadores sobre a Mortalidade, Portugal, 2001- 2013

Indicadores	Anos												
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Óbitos	105 092	106 258	108 795	102 012	107 464	101 990	103 512	104 280	104 434	105 954	102 848	107 612	106 543
<i>Homens</i>	54 838	55 377	55 966	53 202	55 493	53 471	53 379	53 582	53 310	54 219	52 544	54 473	54 169
<i>Mulheres</i>	50 254	50 881	52 829	48 810	51 971	48 519	50 133	50 698	51 124	51 734	50 301	53 139	52 373
Relação de masculinidade à morte (%)	109,1	108,8	105,9	109,0	106,8	110,2	106,5	105,7	104,3	104,8	104,5	102,5	103,4
Taxa Bruta de Mortalidade (‰)	10,1	10,2	10,4	9,7	10,2	9,7	9,8	9,9	9,9	10,0	9,7	10,2	10,2
<i>Homens</i>	11,0	11,0	11,1	10,5	11,0	10,6	10,5	10,6	10,5	10,7	10,4	10,9	10,9
<i>Mulheres</i>	9,4	9,4	9,8	9,0	9,5	8,9	9,2	9,2	9,3	9,4	9,1	9,7	9,6
Óbitos com menos de um ano	567	574	466	420	384	349	353	340	362	256	302	303	244
Taxa de Mortalidade Infantil (‰)	5,0	5,0	4,1	3,8	3,5	3,3	3,4	3,3	3,6	2,5	3,1	3,4	2,9
<i>Homens</i>	5,6	5,3	4,0	4,3	3,5	3,9	3,5	3,4	4,1	2,5	3,5	3,4	3,4
<i>Mulheres</i>	4,3	4,7	4,2	3,2	3,5	2,7	3,4	3,1	3,1	2,5	2,7	3,4	2,4
Taxa de mortalidade materna	6,2	7,0	7,1	8,2	2,7	5,7	4,9	3,8	7,0	7,9	5,2	4,4	-

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas, Causas de morte e Estimativas Anuais de População Residente

Anexo 5

Estrutura por idades da população residente (%) e índices resumo, Portugal, 2001-2013													
Indicadores	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
População com 0 - 14 anos	16,2	16,1	16,0	16,0	15,9	15,7	15,6	15,4	15,3	15,1	14,9	14,8	14,6
Homens	17,2	17,2	17,1	17,0	17,0	16,8	16,6	16,5	16,4	16,2	16,0	15,9	15,7
Mulheres	15,2	15,1	15,1	15,0	14,9	14,7	14,6	14,5	14,3	14,1	13,9	13,8	13,6
População com 15 - 64 anos	67,3	67,1	67,0	66,8	66,8	66,7	66,7	66,6	66,4	66,2	66,0	65,8	65,6
Homens	68,5	68,4	68,2	68,1	68,0	68,0	68,0	67,9	67,8	67,7	67,5	67,3	67,0
Mulheres	66,1	66,0	65,9	65,7	65,6	65,5	65,5	65,3	65,2	64,9	64,7	64,5	64,3
População com 65 e mais anos	16,6	16,7	16,9	17,2	17,4	17,5	17,7	18,0	18,3	18,7	19,0	19,4	19,9
Homens	14,3	14,5	14,6	14,8	15,0	15,1	15,3	15,5	15,8	16,2	16,5	16,8	17,3
Mulheres	18,7	18,9	19,1	19,4	19,6	19,8	20,0	20,2	20,5	21,0	21,4	21,7	22,2
População com 75 e mais anos	7,0	7,1	7,3	7,5	7,7	7,9	8,2	8,4	8,6	9,0	9,3	9,5	9,7
Homens	5,5	5,6	5,7	5,9	6,0	6,2	6,4	6,6	6,8	7,1	7,4	7,6	7,8
Mulheres	8,4	8,6	8,7	8,9	9,2	9,5	9,7	10,0	10,3	10,7	11,0	11,2	11,5
População com 80 e mais anos	3,6	3,7	3,8	3,9	4,0	4,2	4,3	4,5	4,6	4,9	5,1	5,3	5,5
Homens	2,6	2,7	2,7	2,9	3,0	3,1	3,2	3,3	3,4	3,6	3,8	4,0	4,1
Mulheres	4,5	4,6	4,7	4,9	5,1	5,3	5,4	5,6	5,8	6,1	6,4	6,6	6,8
Índice de dependência total	48,6	48,9	49,2	49,6	49,8	49,9	49,9	50,2	50,5	51,0	51,4	51,9	52,5
Homens	46,0	46,3	46,5	46,8	47,0	47,0	47,0	47,2	47,4	47,8	48,2	48,6	49,3
Mulheres	51,2	51,5	51,8	52,3	52,5	52,7	52,8	53,1	53,5	54,1	54,5	55,0	55,6
Índice de dependência jovens	24,0	24,0	23,9	23,9	23,8	23,6	23,4	23,2	23,0	22,8	22,6	22,5	22,3
Homens	25,1	25,1	25,1	25,0	24,9	24,7	24,5	24,3	24,1	23,9	23,7	23,6	23,5
Mulheres	22,9	22,9	22,9	22,8	22,7	22,5	22,3	22,1	22,0	21,7	21,5	21,4	21,1
Índice de dependência idosos	24,6	24,9	25,3	25,7	26,0	26,3	26,6	27,0	27,5	28,2	28,8	29,4	30,3
Homens	20,9	21,1	21,4	21,8	22,0	22,3	22,5	22,9	23,3	23,9	24,5	25,0	25,8
Mulheres	28,3	28,6	29,0	29,5	29,8	30,2	30,5	30,9	31,5	32,3	33,0	33,6	34,5
Índice de envelhecimento	102,6	104,0	105,5	107,6	109,3	111,5	113,8	116,4	119,3	123,9	127,6	131,1	136,0
Homens	83,0	84,1	85,4	87,1	88,4	90,1	91,9	94,1	96,6	100,1	103,2	106,0	110,1
Mulheres	123,2	124,9	126,8	129,3	131,4	134,1	136,8	139,8	143,1	148,8	153,2	157,5	163,2
Índice de longevidade	42,2	42,5	42,9	43,4	44,1	45,1	46	46,7	47,2	47,9	48,6	48,9	49
Homens	38,3	38,6	39,0	39,5	40,1	41,2	42,1	42,7	43,2	43,9	44,6	44,9	45,0
Mulheres	44,9	45,3	45,8	46,2	47	47,9	48,8	49,5	50	50,8	51,4	51,7	51,8

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Anuais de População Residente